

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**FORMAÇÃO CONTINUADA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: UM
ESTUDO TEÓRICO SOBRE O PROGRAMA FORMAÇÃO PELA
ESCOLA**

MARIA LÚCIA LOPES BARROSO DOMINGUES

**MARINGÁ
2016**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**FORMAÇÃO CONTINUADA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: UM ESTUDO
TEÓRICO SOBRE O PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA**

Dissertação apresentada por MARIA LÚCIA LOPES BARROSO DOMINGUES ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora:
Prof^a Dra. MARIA LUISA FURLAN COSTA.

MARINGÁ
2016

MARIA LÚCIA LOPES BARROSO DOMINGUES

**FORMAÇÃO CONTINUADA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: UM ESTUDO
TEÓRICO SOBRE O PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Maria Luisa Furlan Costa (Orientadora) – UEM

Prof^a. Dra. Siderly do Carmo Dalle de Almeida – Unicesumar – Maringá

Prof^a. Dra. Annie Rose dos Santos – UEM

MARINGÁ, 07 DE MARÇO DE 2016.

Dedico este trabalho à minha mãe, Alzira de Oliveira Lopes, que esteve comigo no início do curso, mas partiu para a eternidade deixando um grande exemplo de fé, honestidade, trabalho e coragem. Mãe, amiga, conselheira, fonte de ternura e segurança, permanece hoje com sua luz nos corações de todos os que com ela conviveram!

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e pelas inúmeras graças recebidas a cada amanhecer;

Aos meus filhos Marilícia, Gislaine e Felipe, genros e aos meus netos, Gabriela, Rodrigo e Daniel, por quem toda luta é recompensada e pelo imenso carinho, amor e dedicação que me tornam uma pessoa melhor;

A Eli, meu esposo, por compreender minhas ausências e estimular meu progresso nessa importante jornada de minha trajetória acadêmica e profissional;

À minha irmã Vânia e sua família, sem os quais este trabalho não teria sido possível. A todos os meus familiares, pela ajuda em todos os momentos em que pensei em desistir diante das dificuldades;

À Diretora do Departamento de Educação de Astorga, Neuza Maria Julião Fortunato, por entender e apoiar a importância desse curso em minha formação e, acima de tudo, por colocar-se a meu lado nas horas em que mais precisei;

Aos professores do curso de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Maringá, pelos valiosos conhecimentos transmitidos;

Às colegas de curso, em especial Silvana, Nones, Núbia, Taissa e Camila, pela inestimável contribuição neste trabalho;

Às amigas que me acompanharam durante esta caminhada, divido a alegria desta reta final;

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação da UEM (PPE) Márcia Galvão e Hugo Alex Silva pela dedicada atenção no atendimento às minhas necessidades;

Às Professoras Dras. Siderly do Carmo Dalle de Almeida, Annie Rose dos Santos e Simone de Souza, pela participação nas bancas de Qualificação e Defesa pelos apontamentos que tornaram possível rever conceitos, ampliar meus conhecimentos e redimensionar minha dissertação;

Em especial à minha orientadora, Prof^a. Dra. Maria Luisa Furlan Costa, por entender minhas limitações e tornar possível a concretização deste sonho.

Há homens que lutam um dia e são bons, há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis (BRECHT, 1991, p. 20).

DOMINGUES, Maria Lúcia Lopes Barroso. **FORMAÇÃO CONTINUADA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: UM ESTUDO TEÓRICO SOBRE O PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA**. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Luisa Furlan Costa. Maringá, 2016.

RESUMO

O objetivo central deste trabalho consiste em apresentar os resultados de um estudo teórico sobre o Programa Formação pela Escola (PFE), ofertado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e desenvolvido na modalidade de educação a distância (EaD). Tal Programa se insere nas ações do Ministério da Educação (MEC) para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica, de modo especial no período posterior à publicação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica em diferentes bases de dados e pesquisa documental a partir da análise de documentos oficiais que tratam do processo histórico de implementação do PFE, de seus aspectos legais e de sua estrutura organizacional. Os resultados encontrados permitem afirmar a efetividade da proposição desse Programa na formação continuada não apenas de professores, mas de diferentes atores envolvidos no controle social das ações de políticas públicas para a educação. Embora não tenha sido desenvolvida uma pesquisa de campo que corrobore a efetividade do Programa Formação pela Escola, foram encontrados indícios de que os resultados positivos observados pela pesquisadora na função de tutora de cursos nessa dimensão relacionam-se ao fato de este ser ofertado na modalidade de educação a distância, consagrada como um processo que considera a educação como um contínuo repensar da prática frente às novas demandas educacionais. Salienta-se, em especial, a estreita relação entre o PFE e as novas tecnologias, as quais, instaladas na sociedade contemporânea, passaram a assumir, nas últimas décadas, um espaço privilegiado no cenário educacional, reforçando a educação a distância como alternativa propícia ao desenvolvimento de propostas voltadas para a formação continuada. A especificidade do PFE volta-se para a utilização da EaD com o objetivo de alcançar um número ampliado de pessoas, tanto de professores quanto de demais atores que integram a sociedade, tendo em vista a necessidade de aumentar a participação e o controle social dos órgãos e recursos públicos, no que diz respeito à educação como substrato para as mudanças demandadas pelo cenário social da contemporaneidade.

Palavras-chave: Formação continuada. Educação a distância. FNDE. Programa Formação pela Escola.

DOMINGUES, Maria Lúcia Lopes Barroso. **CONTINUING EDUCATION IN DISTANCE MODALITY: A THEORETICAL STUDY ABOUT THE TRAINING PROGRAM FOR THE SCHOOL.** 115 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Prof^a. Dra. Maria Luisa Furlan Costa. Maringá, 2016.

ABSTRACT

The main objective of this work is to present the results of a theoretical study on the Training Program for the School (PFE), offered by the National Education Development Fund (FNDE) and developed in distance learning (EaD). This program is included in the actions of the Ministry of Education (MEC) for the Continuing Education of Teachers from Basic Education, especially in the period following the publication of the current Law of Directives and Bases of National Education (LDBEN) no. 9.394 of December 20, 1996. The methodology used is the bibliographical research in different databases and documental research based on the analysis of official documents dealing with the historical process of implementation of PFE, its legal aspects and its organizational structure. The results allow to affirm the effectiveness of the proposition of this Program in the continuing education not only of teachers, but also of different people involved in the social control of the actions of public policies for education. Although a field research has not been developed to corroborate the effectiveness of the Training Program for the School, evidences were found that the positive results observed by the researcher in the tutor function of these courses relate to the fact that it is offered in distance learning, consecrated as a process that considers education as a continuous rethinking of practice considering the new educational demands. It was emphasized specially the close relation between PFE and the new technology, which installed in contemporary society, have assumed in recent decades, a privileged place in the educational context, reinforcing the distance learning as a favorable alternative to the development of proposals aimed at continuing education. The specificity of PFE addresses to the use of distance learning in order to achieve a larger number of people, both teachers and others that belong to the society, in view of the need to increase the participation and social control of the organs and public resources, with regard to education as a base for the changes demanded by the social context of contemporaneity.

Keywords: Continuing education. Distance learning. FNDE. Training Program for the School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Termos essenciais da educação a distância.....	60
Figura 2:	Características da EaD.....	63
Figura 3:	Natureza das interações conforme Moore e Kearsley.....	75
Figura 4:	Organograma do Programa Formação pela Escola (PFE).....	81
Figura 5:	Atores responsáveis pela gestão do Programa Formação pela Escola.....	82

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1:	Quantidade de Cursistas capacitados pelo PFE – 2006 a 2011....	78
Tabela 2:	Quantidade de Cursistas aprovados pelo PFE – 2012 a 2014.....	78
Quadro 1:	Rede de Formação do PFE.....	83
Quadro 2:	Cursos ofertados pelo PFE.....	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVA	– Ambiente Virtual de Aprendizagem
CB	– Competências Básicas
CNAS	– Conselho Nacional de Assistência Social
CONAE	– Conferência Nacional da Educação
DF	– Distrito Federal
EaD	– Educação a Distância
FNDE	– Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	– Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	– Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GESTAR	– Programa Gestão do Ensino Aprendizagem
GTR	– Grupo de Trabalho em Rede
IDEB	– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	– Instituições de Ensino Superior
LDBEN	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	– Ministério da Educação
PAR	– Plano de Ações Articuladas
PARFOR	– Plano Nacional de Formação de Professores
PC	– Prestação de Contas
PCNs	– Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE	– Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	– Plano de Desenvolvimento da Educação
PFE	– Programa Formação pela Escola
PLI	– Programa do Livro
PMDE	– Programa de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental
PNAE	– Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAIC	– Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNATE	– Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNBE	– Programa Nacional da Biblioteca da Escola

PNE	– Plano Nacional da Educação
PNFEM	– Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio
PNLD	– Programa Nacional do Livro Didático
PNLEM	– Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio
PRALER	– Programa de Apoio a Leitura e Escrita
PROFA	– Programa de Desenvolvimento de Professores Alfabetizadores
PROINFO	– Programa Nacional de Informática na Educação
PTE	– Programa de Transporte do Escolar
SEC	– Secretaria de Educação e Cultura
SEED	– Secretaria de Educação a Distância
SENAI	– Serviço Nacional da Indústria
SIFE	– Sistema de Informação do Programa Formação pela Escola
SIMEC	– Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação
SIOPE	– Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Educação
TIC	– Tecnologia da Informação e Comunicação
UAB	– Universidade Aberta do Brasil
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UEM	– Universidade Estadual de Maringá

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	A PESQUISA: OS CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS..	21
2.1	ABORDAGEM DA PESQUISA.....	23
2.2	PROBLEMA DE PESQUISA.....	25
2.3	OBJETIVOS E HIPÓTESES.....	28
2.4	OPÇÃO METODOLÓGICA.....	29
2.5	PESQUISAS CORRELATAS SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA....	32
3	A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A FORMAÇÃO CONTINUADA NO PERÍODO PÓS-LDBEN.....	36
3.1	TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA FORMAÇÃO CONTINUADA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA.....	37
3.2	CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA.....	42
3.3	BASES LEGAIS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA.....	49
3.4	O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO CONTINUADA.....	52
3.5	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A FORMAÇÃO CONTINUADA NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS E PROGRAMAS.....	58
3.5.1	Principais Programas de Formação Continuada.....	66
3.6	AS AÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO: INFRAESTRUTURA E FORMAÇÃO.....	72
4	O PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA: UM NOVO OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA.....	77
4.1	O PROGRAMA: ORIGENS E ORGANIZAÇÃO.....	77
4.2	O CURSO DE FORMAÇÃO DE TUTORES.....	85
4.3	O PROGRAMA: MÓDULOS E ESPECIFICIDADES.....	90
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
	REFERÊNCIAS.....	109

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se insere na área de História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá e contempla a formação continuada de professores em cursos ofertados na modalidade a distância. De modo mais específico, este trabalho enfoca o processo de formação continuada em exercício na Educação Básica, na modalidade a distância, por meio de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A presente proposta deriva da percepção de que nem sempre a formação inicial dos cursos de licenciatura atende às demandas presentes no cotidiano das instituições escolares, até mesmo em função da multiplicidade de situações que requerem dos profissionais um contínuo repensar de suas concepções teóricas. Embora não possamos generalizar, este é um dos desafios trazidos para a atuação docente na contemporaneidade.

Por esse motivo, reforçamos a importância da formação continuada para os profissionais da educação, tendo em vista a necessidade de atender à dinâmica do trabalho docente face às contínuas transformações trazidas à escola, como instância social que reflete as práticas vigentes nas diferentes dimensões da sociedade. Nessa direção, não podemos esperar que apenas o curso de graduação possa atender às exigências de uma prática pedagógica em constante transformação, assim, a formação continuada emerge como uma demanda para a própria consolidação do trabalho educativo escolar.

No entanto, são muitas as dificuldades vivenciadas pelos profissionais em relação aos eventos de formação continuada. Além da resistência apresentada por muitos, existem ainda empecilhos referentes à elevada carga horária, às expectativas dos cursistas e mesmo à organização dos cursos para atender a um número elevado de sujeitos.

Destacamos, neste trabalho, o potencial da Educação a Distância (EaD) para a formação continuada em serviço, por entendermos que se trata de uma proposta consistente com as necessidades apresentadas pelos profissionais de educação, suprimindo as demandas trazidas pelas transformações que impactam o

cenário escolar e requerendo novas formas de trabalho e abordagens metodológicas consistentes com o tempo/espço de atuação docente.

Nesse sentido, tomamos como objeto de estudo o Programa Formação pela Escola, inserido no Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação(MEC), órgão criado pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968 (BRASIL, 1968) e pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969 (BRASIL, 1969).

No intuito de interpretar e apreender cientificamente tal objeto, o presente estudo, de caráter teórico, pretendeu analisá-lo à vista de suas configurações objetivas, mas, acima de tudo, quanto às suas potencialidades no atendimento às demandas por formação continuada dos profissionais de educação.

Costa e Oliveira (2013) afirmam que a Constituição Federal (CF) de 1988, reconhecida como Constituição Cidadã, trouxe como principal contribuição o reconhecimento de vários direitos sociais, inclusive os que se referem à educação.

Nessa perspectiva, a proposição deste estudo mostra-se relevante por trazer a reflexão sobre o novo momento iniciado com a CF/88, em que a educação assume um viés social, de gestão democrática, de formação para o exercício da cidadania (BRASIL, 1988). Trata-se, pois, de um marco histórico que não pode ser esquecido, à medida que os movimentos sociais, ausentes da sociedade brasileira por longos anos, passaram a resgatar seus espaços de participação, na busca por um direito constitucional do qual, uma parcela expressiva da população brasileira havia sido alijada.

Nessa mesma direção, Mota (2009, p. 206) assinala que a formação continuada vem se firmando, nas últimas décadas, “[...] como uma nova categoria que necessita ser repensada cotidianamente no sentido de melhor atender à legítima e digna formação humana”.

Cabe nos reportarmos a Cury (2010) quando frisa que a Constituição Brasileira encontra-se estruturada como um regime normativo e político, representativo, plural e descentralizado. Nessas condições, abre espaço para novos mecanismos de participação com vistas a ampliar o número de sujeitos políticos capazes de tomar decisões.

Sendo assim, nosso objeto de estudo – o PFE – traz como prerrogativa a formação de profissionais de maneira a inserir-se em um espaço democrático de

ampla discussão, a partir de uma efetiva mobilização social e política em prol da educação brasileira

Saviani (2008), também voltando seu olhar para a importância da participação e controle social de um número cada vez mais abrangente de pessoas, discorre sobre a necessidade de se instituir um sistema nacional de educação no Brasil, abrangente e universalizado, com o objetivo de formar seres humanos aptos a assumir a direção da sociedade e/ou de controlar quem a dirige. Nesses termos, as políticas públicas devem propiciar condições de participar de modo constante do poder de decisão coletiva, do poder político, essencial para o exercício de cidadania.

Na mesma vertente, encontramos em Gatti et al. (2011) a percepção de que os desafios presentes na elaboração de políticas de formação de docentes derivam das diferentes necessidades e demandas dos diversos grupos sociais a que a educação se destina. Sendo assim, as autoras reforçam que é vital assumir uma nova postura diante das injustiças sociais, especialmente as relacionadas à ordem cultural vigente. Desse modo, a compreensão sobre as políticas governamentais em relação aos docentes pode “[...] iluminar aspectos da relação opaca entre legisladores e gestores dessas políticas e as novas postulações de grupos sociais que reivindicam para si, de diferentes formas, equidade, reconhecimento social e dignidade humana” (GATTI et al., 2011, p. 25).

A discussão sobre a educação a distância, embora não tenha sido elevada à condição de objeto do nosso estudo, não poderia ser relegada a segundo plano, uma vez que o Programa Formação pela Escola se consolida por meio dessa modalidade de ensino.

O objetivo geral deste trabalho consiste em apresentar um estudo teórico sobre o Programa Formação pela Escola. Nosso interesse por essa temática apresenta estreita relação com o trabalho por nós realizado ao longo de três anos na função de tutora presencial e a distância no município de Astorga, Paraná. Dentre as inúmeras possibilidades de pesquisar a formação continuada desenvolvida na modalidade a distância observamos a necessidade de os professores superarem as dificuldades inerentes à falta de conhecimento e de informações sobre os recursos públicos destinados à educação e sua aplicabilidade. Essa constatação instigou-nos a selecionar este objeto de pesquisa. Acrescentamos ainda a relevância do Programa Formação pela Escola

como instrumento que possibilita o acesso à informação sobre como se consolidam os recursos públicos. Ademais, atuamos na formação continuada de professores, buscando torná-los sujeitos participativos capazes de acompanhar a aplicação das políticas públicas voltadas para a área educacional.

Destacamos, contudo, que o referido Programa objeto de nosso estudo não envolve apenas os professores, embora estes sejam a maioria nos cursos até aqui oferecidos na modalidade a distância de formação continuada. Podem participar dos cursos do PFE os interessados em acompanhar a aplicação dos recursos do FNDE, destinados à educação: gestores de escolas estaduais e municipais, além dos conselheiros que atuam no Conselho de Alimentação Escolar, no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e em outros órgãos de representação existentes no espaço escolar, tais como associações de pais e mestres, os caixas escolares e os conselhos escolares.

Procuramos lançar um olhar aprofundado para a forma pela qual o PFE se utiliza da EaD para alcançar um número significativo de pessoas, ampliando as possibilidades de formação continuada não apenas de professores, mas também da comunidade em geral. Postulamos, assim, o real alcance desse Programa, quando entendemos que a participação e o controle social devem ser exercidos por todos os interessados em acompanhar as ações e programas voltados à educação como um direito social previsto na CF/88, amplamente divulgado, mas não efetivamente assegurado a uma parcela significativa da população brasileira (BRASIL, 1988).

Partimos da premissa de que é preciso analisar as políticas de formação centrando-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores na Educação Básica em Nível Superior e no Plano Nacional de Educação projetados com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, e cumpridos de acordo com as ações das políticas públicas nacionais para educação por identificarmos nesses documentos legais a materialização das múltiplas facetas das políticas de formação continuada (BRASIL, 1996).

Justificamos a realização desta pesquisa pela emergência de novas demandas referentes à formação continuada, considerando as especificidades de atuação de toda a comunidade escolar na consolidação de um projeto educativo

que contemple as exigências de uma sociedade fortemente impactada por contínuas transformações, as quais devem ser acompanhadas pelos agentes sociais envolvidos em educação.

Desta forma, ao tomar como objeto de estudo o Programa Formação pela Escola, buscamos ampliar a compreensão sobre as ações e recursos destinados à área educacional, não apenas no que diz respeito à formação de professores, mas de pedagogos, gestores, pessoal técnico-administrativo, parceiros e conselheiros.

Reforçamos, ao longo deste estudo, o viés social assumido pelo Programa Formação pela Escola tendo em vista que se propõe a incentivar a participação de todos os atores sociais envolvidos em um projeto educativo abrangente, nos moldes da gestão democrática da educação, a qual deve ter como finalidade primordial a formação para o exercício da cidadania.

De forma análoga, entendemos que a educação a distância representa, no atual cenário educacional, uma proposta condizente com as características que demarcam a sociedade da informação, na qual o conhecimento se expande em rede, as informações representam a base da aquisição de novos saberes e as tecnologias da informação e da comunicação são continuamente redimensionadas, tornando mais efetiva a interação do sujeito com os outros, consigo mesmo e com o mundo.

Restringindo o foco para a atuação do professor, faz-se necessário concebermos a formação continuada como contributo para a aquisição das habilidades pedagógicas que potencializem o professor no atendimento às expectativas desta sociedade em contínua evolução. Sabemos, no entanto, que uma parcela numerosa dos professores, embora busquem esse tipo de formação, desconhece a sistemática das políticas públicas voltadas à educação. Isto se reflete na própria forma de atuação do profissional de educação, à medida que entendemos que a tarefa educativa deve ser compartilhada, nos moldes da gestão democrática. Sob este viés, comungamos da ideia de que somente a partir do profundo conhecimento sobre todos os aspectos que envolvem a gestão da educação é que os profissionais que dela participam podem consolidar os princípios democráticos que representam a base sobre as quais se constrói um projeto educativo consistente com as demandas sociais vigentes.

Pontuamos a necessidade de conhecimentos em ações que contemplem a formação continuada dos profissionais da educação, bem como a preocupação voltada às determinações legais, cujos precursores são os órgãos gestores da educação nacional que promoveram, a partir de 1996, uma sequência de iniciativas enfocando a importância da formação para o desenvolvimento profissional e a valorização docente.

Assim, podemos citar alguns marcos referentes à efetivação desse processo de formação continuada como, por exemplo, a promulgação da LDBEN, em 1996, que consolidou um modelo de formação inerente às exigências da sociedade contemporânea. A vigência dessa Lei propiciou aos profissionais da educação uma formação integral e facilitou a expansão da educação em todos os níveis e modalidades.

A aprovação da LDBEN possibilitou que iniciativas político-administrativas fossem implementadas na educação. A princípio, o MEC desencadeou a discussão e a organização dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para os diversos níveis de ensino. Com base nesses Parâmetros, foram definidas as Diretrizes Curriculares para os diversos cursos de formação profissional em todas as áreas do saber e do ensino no país.

Ressaltamos que as discussões aqui apresentadas não trazem a intenção de esgotar o tema, dada sua complexidade e atualidade, mas intencionamos suscitar novas reflexões sobre a formação continuada na modalidade a distância, em específico sobre o Programa que representa nosso objeto de estudo: PFE.

Esperamos que este estudo possa trazer novos questionamentos com a compreensão de que a educação representa uma ampla gama de possibilidades que devem ser continuamente exploradas por todos aqueles que, como nós, acreditam no potencial transformador do atual sistema educacional, em grande parte com resquícios de uma visão tradicional e imutável.

Organizamos esta dissertação em cinco seções. Nesta introdução, apresentamos o tema da pesquisa e o objeto de estudo, além da justificativa e da estrutura do trabalho.

Na segunda seção, intitulada “A pesquisa: os caminhos metodológicos percorridos”, detalhamos os procedimentos adotados para a concretização da pesquisa: elencamos o problema e a abordagem da pesquisa, os objetivos e as

hipóteses que nortearam o trabalho desenvolvido, além da opção metodológica assumida. Trazemos ainda as pesquisas correlatas que contemplam a temática da educação a distância.

Na terceira seção, “Educação a Distância e a Formação Continuada no período pós-LDBEN”, retomamos o processo histórico de formação continuada dos professores no Brasil, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96. Discorremos ainda sobre as concepções e bases legais da formação continuada e sua inserção no Plano Nacional de Educação. Enfatizamos as possibilidades que se abriram com a oficialização da educação a distância por meio do artigo 80 dessa Lei. Discutimos a educação a distância e a formação continuada no Brasil nos moldes previstos pelas ações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e do Programa Nacional de Formação Continuada a Distância (BRASIL, 1996).

Na quarta seção intitulada “O Programa Formação pela escola: um novo olhar para a formação continuada”, detalhamos o Programa, pontuando suas diretrizes, operacionalização, principais objetivos, além dos avanços já percebidos e dos desafios presentes na formação continuada não apenas de professores, mas de agentes educacionais, gestores, parceiros e integrantes da comunidade escolar em geral.

Na quinta e última seção, expomos nossas considerações finais do estudo, nas quais apontamos as reflexões resultantes da pesquisa realizada, trazendo sugestões para futuros estudos.

Esta dissertação tem a pretensão de se somar aos estudos referentes à formação continuada e educação a distância no sentido de aprofundar a formação do pensamento teórico desta e de outros pesquisadores para a efetivação da unidade teoria e prática e para o cumprimento de sua função social como educadores.

2 A PESQUISA: OS CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS

Esta pesquisa partiu de nossa inquietação sobre a condução do trabalho pedagógico como um *continuum*, em que as ações de cada agente confluem para um resultado comum. Isto implica a necessária construção coletiva, dificuldade maior percebida em nosso cotidiano. Em um número bastante significativo de situações, professores, gestores e demais envolvidos na educação assumem para si suas funções, sem, contudo, promover a articulação com os demais segmentos da instituição escolar. Esse distanciamento do coletivo pode ser entendido como um dos grandes entraves à consolidação de uma escola realmente democrática.

Nesse sentido, a formação em exercício emerge como uma resposta a essa necessidade de articulação entre os diferentes atores sociais que integram a comunidade escolar. Cabe, pois, buscar mecanismos que habilitem agentes, parceiros e comunidade em geral em torno de um projeto de educação que cumpra sua função social, qual seja: de transformação da sociedade pela ação consciente de seus integrantes.

Não restam dúvidas de que a pesquisa pode ser vislumbrada como um elemento estratégico para o contexto educacional, ensejando um contributo à compreensão e resoluções dos problemas educacionais. Em direção análoga, seu papel é reforçado por Lima (2000, p. 5) quando pontua que “[...] hoje, experimentamos um momento social onde o professor é objeto de inúmeros projetos e ações governamentais que buscam seu aperfeiçoamento em termos de formação, todos com investimentos públicos”.

No tocante à formação de professores, Severino (2007, p. 26) reforça que a pesquisa “é a mediação necessária e eficaz para o processo de ensino e aprendizagem. Só se aprende e só se ensina pela efetiva prática da pesquisa”.

Devemos ponderar que o ofício do professor se perfaz em situações concretas e a apreensão de certa quantidade de conhecimento não basta para se constituir como bom profissional. Buscamos em Saviani (2006) a concepção de que o ato de conhecer é histórico; assim todo conhecimento é um processo que acontece em um contexto concreto determinado e em determinadas condições. É

válido ainda afirmar que o professor é um formador e seu trabalho se realiza em um contexto de relação social ético-político.

Na mesma linha de pensamento, Severino (2007) retoma suas considerações ao afirmar que o conhecimento é um elemento vital de grande relevância na educação, uma vez que sua legitimidade deriva de sua estreita vinculação com o conhecimento.

Ao nos propormos à discussão sobre a formação continuada de professores, convém avaliar a relevância da dimensão ético-política como componente constitutivo da produção destes em condições históricas concretas. Ademais, a questão epistemológica também é fundamental na formação docente e implica na consideração dos elementos presentes nas relações que se estabelecem entre o sujeito e o conhecimento. Novamente recorremos a Severino (2007) quando o autor explica que a atividade de ensinar e aprender encontra-se estreitamente vinculada ao processo de construção do conhecimento, pois “[...] ensinar e aprender significa conhecer; e conhecer por sua vez significa construir o objeto; mas construir o objeto significa pesquisar” (SEVERINO, 2007, p. 25).

Por fim, a dimensão pedagógica é outro elemento fundamental na formação docente, a qual não se esgota no ensino, devendo ser observada ainda a maneira como cada professor compreende o ensino e, acima de tudo, a forma concreta como ele se realiza seu trabalho de ensinar (SEVERINO, 2007).

A partir das dimensões elencadas por Severino (2007), percebemos que não é possível conceber a formação continuada na ausência da prática de pesquisa. Este pressuposto mostrou-se válido em nosso propósito de apontar as singularidades do Programa Formação pela Escola, uma vez que a EaD é um constructo histórico do fazer humano nas suas relações.

Cabe aqui abrir um parêntese para tratar da formação do pesquisador em educação, citada por Severino (2007, p. 70) quando assinala que a produção do conhecimento implica, sobremaneira, em “[...] fazer ciência e não apenas de transmiti-la”. Deste modo, o autor pressupõe que a pesquisa enseja “[...] o desenvolvimento de fundamentação teórica, de reflexão sistemática, de levantamento de dados empíricos, documentos ou históricos, enfim de desvelamento dos sentidos da realidade [...]” (SEVERINO, 2007, p. 70).

À vista do que postula Severino (2007), entendemos que a realização deste estudo – em culminância às demais atividades acadêmicas do curso de Mestrado que lhe deu ensejo – apresenta-se como uma oportunidade de fazer ciência.

Nessa perspectiva, o conhecimento pode ser visto não apenas como o acúmulo de informações, mas como forma privilegiada de formar e transformar o homem. Salientamos, assim, que o entendimento da complexidade do sistema educacional e suas formas de financiamento podem contribuir para uma melhor interação entre os partícipes do processo educacional escolar.

Diante do exposto, enfatizamos a necessidade de investigar esse conjunto de elementos que permeiam a formação continuada de profissionais da educação e as potenciais contribuições para a melhoria da educação pública do país.

2.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

Os direcionamentos assumidos pela pesquisa pautaram-se na necessidade de registrar as especificidades que caracterizam a modalidade de educação a distância, sobretudo no que diz respeito aos ambientes virtuais de aprendizagem e da estrutura da EaD vigente no país.

Mostrou-se relevante ainda pontuar a ação docente desenvolvida pelos tutores no espaço intermediário entre os diferentes atores sociais que compõem os ambientes virtuais de ensino e aprendizagem na modalidade de ensino a distância desenvolvida pelo Programa Formação pela Escola.

Nosso estudo tem como proposta contribuir com as discussões acerca da necessidade de se repensar o papel da formação continuada face aos desafios vividos pelos profissionais que atuam na educação. Entendemos que o PFE é um tema de bastante relevância para a consolidação de um quadro de formação de profissionais reflexivos, que possam atuar de maneira crítica e decisiva na consolidação das mudanças requeridas pela educação na contemporaneidade.

Cabe, portanto, enveredar pelas noções da abordagem dialética descrita por Severino (2007) na dimensão histórica em que se deve vislumbrar o processo educativo a partir de sua composição por múltiplos sujeitos, inseridos em um

contexto de contradições. O autor reflete que as práticas sociais históricas não ocorrem em uma cadeia linear de causa e consequência. A perspectiva dialética nos remete a considerar que as mudanças que permeiam a realidade humana seguem uma lógica de contradição.

Isto posto, não podemos tomar as políticas públicas de formação continuada de professores como uma consequência direta de decisões tomadas em uma instância maior, mas é imperioso compreendermos as contradições presentes no movimento em que a proposição dessas políticas e a sua efetivação ocorrem (SEVERINO, 2007).

Em sentido complementar ao que afirma Severino (2007), reiteramos a ideia de que a prática humana é sempre histórica e social, e, portanto, as políticas de formação continuada assumem também essas características, fundamentais para a compreensão do fenômeno estudado e o desenvolvimento da pesquisa como um todo. Nesse sentido, ao analisarmos a formação continuada a distância, procuramos realizar uma análise coerente por meio do exame da realidade concreta do Programa Formação pela Escola.

A coerência da análise aqui pretendida vai ao encontro do que estabelece Martins (2006, p. 10):

A construção do conhecimento demanda então, apreensão do conteúdo, prenhe de mediações históricas concretas que só podem ser reconhecidas à luz das abstrações do pensamento, isto é, do pensamento teórico. Assim, entendemos que para se chegar à essência do fenômeno, é preciso superar a apreensão superficial do real como empírico, revelando suas mediações e contradições. Isso não é possível sem a atividade teórica.

No intuito de promover essa necessária superação do real e revelar as mediações e contradições ainda presentes no processo de formação continuada a distância, esta dissertação buscou caminhos, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, para ampliar a compreensão da formação continuada como uma prática que já encerra uma contradição, pois ao se firmar como uma necessidade, reafirma que a formação inicial não foi satisfatória (GATTI, 2008).

Ainda conforme Gatti (2008), reforçamos a percepção de que uma formação adequada de professores demanda condições, infraestrutura,

preparação, compromisso ético-político e não apenas instrumentalização técnica realizada de forma rápida e em locais impróprios.

As considerações apresentadas até este ponto constituem a base teórica para a análise relativa aos programas e ações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, objetivo da presente pesquisa.

Dada a amplitude e relativa atualidade de nosso objeto de estudo, não descartamos a hipótese de, em futuras pesquisas, promovermos a realização de pesquisa de campo com sujeitos (tutores, professores, gestores, agentes educacionais e parceiros) que integram o Programa Formação pela Escola.

2.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Ao abordarmos a temática da formação continuada na modalidade a distância, este estudo encontra respaldo em uma área do conhecimento para a qual convergem múltiplos interesses, tanto da população quando das esferas governamentais.

É fato inegável que a formação não se completa em uma única etapa. Assim, a pesquisa e o estudo apresentam-se como possibilidades de ampliação dos horizontes culturais do sujeito e devem permear toda sua vida profissional. Fazenda (2010, p. 22) assevera que “a formação do pesquisador, desde cedo, precisaria desenvolver o compromisso por ir além”. A autora complementa que tal formação não é outorgada pela escola e, por esse motivo, necessita “[...] ser conquistada; é a conquista da autonomia, tarefa de cada um, em particular, dos que buscam obter um saber mais elaborado [...]” (FAZENDA, 2010, p. 17).

Enfatizamos que a formação em serviço somente se tornou obrigatória com o advento da LDBEN nº 9.394/96, superando as legislações anteriores, que previam apenas treinamentos para os docentes (BRASIL, 1996).

A respeito dessa questão, encontramos em Arroyo (2000 apud OLIVEIRA, 2014) a informação de que desde a Reforma Universitária, advinda pela Lei nº 5.540/1968, e da publicação da Lei nº 5.692/1971, a formação docente foi fragmentada, restringindo-se a mudanças nos currículos dos cursos de formação de professores, como rearranjos de conteúdos, de carga horária, sem, no entanto,

considerar o ordenamento escolar, o perfil da Educação Básica e a formação dos professores. As reformas introduzidas pela Lei nº 5.692/71 definiram “com rigidez as cercas”, gradearam “o conhecimento” e legitimaram “uma imagem estreita da docência” (ARROYO, 2000 apud OLIVEIRA, 2014, p. 101).

Outro obstáculo à formação docente trazido pela Lei nº 5.692/1971 diz respeito à criação de cursos técnicos de 2º grau destinados a formar professores por intermédio de cursos profissionalizantes (OLIVEIRA, 2014).

Movidos pela finalidade de ir além, esta pesquisa representa um primeiro passo na conquista das condições necessárias para a obtenção deste saber mais elaborado acerca de nosso objeto de pesquisa. Desse modo, buscamos, ao longo desta dissertação, discorrer sobre a importância da educação a distância como alternativa bastante disseminada na atualidade, como projeto de formação continuada em diversas áreas do conhecimento, especificamente no âmbito educacional.

Na investigação a que nos propusemos, tomamos o cuidado de não propalar apenas a visão do Estado na manutenção dos programas e ações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, mas buscamos uma visão crítica sobre os objetivos traçados e os resultados por nós vivenciados na atuação como tutora do programa PFE. Essa vivência foi, em inúmeros momentos de nosso estudo, confrontada com a concepção de muitos autores que apresentam críticas ao desenvolvimento de ações governamentais, sobretudo por seu caráter demagógico.

Sendo assim, nos esforçamos para manter uma posição de imparcialidade na abordagem aqui desenvolvida, coerente com a própria postura do pesquisador, o qual, no entanto, como afirma Duarte (1999, p. 15), não pode se dissociar de seu papel de “[...] indivíduo concreto, concebido a partir das relações sociais historicamente criadas pelos homens”.

Ademais, nossa experiência em tutoria possibilita uma visão ampliada das potencialidades da educação a distância, permitindo-nos avaliar os desafios que se apresentam diante da emergência de novas propostas educacionais e da realidade cotidiana das instituições escolares.

Nossa inserção no Programa Formação pela Escola desencadeou a intencionalidade desta pesquisa, uma vez que entendemos que a educação se consoma com a integração de uma série de fatores que extrapolam os conteúdos e saberes escolares. Assim, acreditamos que falta a muitos profissionais que

atuam na área a compreensão da complexidade do sistema educacional e suas implicações na forma de gerir e aplicar os recursos destinados à educação.

Como exemplo, citamos o professor, que ao buscar a formação ampliada por meio do referido Programa, recebe informações relativas a ações e programas financiados pelo FNDE. Mais do que isso, torna-se um executor de estratégias que contemplam a educação como uma proposta de controle social, pela qual as mudanças requeridas pela sociedade podem ser viabilizadas.

Nessa perspectiva, André (2010, p. 43) sustenta que:

O estudo do cotidiano escolar se coloca como fundamental para se compreender como a escola desempenha o seu papel socializador, seja na transmissão dos conteúdos acadêmicos, seja na veiculação das crenças e valores que aparecem nas ações, interações, nas rotinas e nas relações sociais que caracterizam o cotidiano da experiência escolar.

Nosso objeto de estudo situa-se nas ações e interações de que trata André (2010). Pontuamos que o conhecimento sobre as ações e programas financiados pelo FNDE pode criar oportunidades para os envolvidos no cotidiano escolar se posicionarem como partícipes na construção de uma escola que busca o atendimento às expectativas de sua comunidade.

Na realização deste trabalho consideramos a relevância da ampliação do conhecimento referente às políticas públicas para a educação e também no tocante ao processo de formação continuada dos diferentes sujeitos que compõem o processo educacional escolar.

Retomando nosso objeto de estudo, consideramos que esta pesquisa representa uma oportunidade de verificarmos em que medida o Programa Formação pela Escola vem contribuindo para a formação continuada de professores, gestores, funcionários, parceiros, agentes de execução e demais atores que participam da gestão da escola pública.

Nesse sentido, assim podemos formular a questão norteadora desta pesquisa: Quais as contribuições do Programa Formação pela Escola como instrumento de formação continuada na modalidade a distância?

2.3 OBJETIVOS E HIPÓTESES

O objetivo geral desta dissertação consiste em realizar um estudo teórico do Programa Formação pela Escola como instrumento de formação continuada na modalidade a distância. Para tanto, elegemos os seguintes objetivos específicos:

- a) Retomar o processo histórico de formação continuada no Brasil a partir da promulgação da LDBEN (Lei nº 9.394/96);
- b) Enfatizar as possibilidades que se abriram com a oficialização da educação a distância por meio do artigo 80 dessa Lei;
- c) Relacionar as bases legais para a formação continuada no cenário educacional contemporâneo;
- d) Apresentar os programas de formação continuada ofertados pelo FNDE na modalidade a distância;
- e) Relacionar as diretrizes, operacionalização, principais objetivos e possibilidades na formação continuada dos diferentes agentes envolvidos na educação pública.

Na formulação das hipóteses que sustentam a realização deste estudo, consideramos, com prioridade, o importante papel que a educação a distância vem assumindo após sua determinação legal pelo artigo 80 da Lei nº 9.394/96. Assim, elencamos as seguintes hipóteses:

- a) A formação continuada representa um avanço na concretização da educação em atendimentos às novas demandas da sociedade contemporânea;
- b) Existem grandes obstáculos à realização de uma formação continuada abrangente e efetiva;
- c) O Programa Formação pela Escola pode instrumentalizar professores e demais atores sociais envolvidos no projeto educativo no sentido de ampliar suas possibilidades de formação no que tange à compreensão sobre a sistemática do financiamento da educação.

2.4 OPÇÃO METODOLÓGICA

Consideramos, em primeiro plano, que o processo de pesquisa configura-se uma atividade científica básica para as reflexões sobre os fenômenos educacionais e suas repercussões na condução do processo educativo escolar. Trata-se, conforme Minayo (2001), de uma forma de alimentar o conhecimento por intermédio da indagação e (re)construção da realidade. Assim, a pesquisa vincula pensamento e ação, uma vez que “[...] nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 2001, p. 17). Gil (2002) reporta também que a pesquisa constitui um processo formal de desenvolvimento do método científico.

Para a definição de método, buscamos em Marconi e Lakatos (2003, p. 83) a concepção de que se trata do “[...] conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo”.

Nossa pesquisa foi desenvolvida sob um enfoque qualitativo por entendermos que o estudo do que se refere à EaD não pode apresentar uma visão estanque do processo como um todo.

Buscamos, ao longo deste trabalho, aprofundar o olhar sobre a ação educativa na modalidade a distância com a finalidade de entender as formas de financiamento dos programas e ações destinados à educação no Brasil.

Nesta abordagem, com a opção por um objeto de pesquisa que integra o fazer cotidiano da pesquisadora, o viés pretendido vincula-se às possibilidades de formação continuada tendo como foco o Programa Formação pela Escola.

Para tanto, buscamos definir o método que orienta esta pesquisa com o respaldo de Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 27), quando postulam que “[...] método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir certo fim ou um resultado desejado”.

Assim, a pesquisa, de cunho bibliográfico, assume também caráter documental. Ainda conforme Gil (2002, p. 44), salientamos que “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Para este autor, a finalidade desse

tipo de pesquisa é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa.

Nossa dissertação encontra respaldo nos pressupostos da pesquisa qualitativa teórica e documental, uma vez que as análises que apresentamos resultam da interpretação dos programas e ações propostas pelo FNDE, bem como a legislação pertinente ao programa Formação pela Escola. Da mesma forma, fizemos uma análise apurada das determinações contidas nos cadernos de Estudos do Programa do Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE.

A metodologia qualitativa tem a capacidade de descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 2011, p. 80).

A opção pela abordagem qualitativa situa-se na esteira do que afirma Chizzotti (2000) quando refere que uma pesquisa não resulta apenas da junção de dados teóricos e empíricos coletados, mas envolve o pesquisador, na medida em que este contribui com os significados que traduz a partir das diferentes etapas de seu trabalho. Nessa direção, quando são analisados os determinados contextos, sociedades ou fenômenos, busca-se uma nova concepção do problema da pesquisa com a finalidade de contribuir para a familiarização de um tema pouco conhecido e estudado – no presente caso, o Programa Formação pela Escola.

Ludke e André (2012), por sua vez, explicitam que a análise documental consiste em uma técnica de coleta de dados e representa uma valiosa ferramenta de abordagem qualitativa, sendo composta por uma série de operações que investigam e analisam documentos com o objetivo de identificar as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados.

A análise de documentos, em especial os cadernos do FNDE, apresenta ainda a vantagem do baixo custo para sua execução, requerendo da pesquisadora apenas tempo e paciência para a seleção e classificação das fontes desejadas, além da facilidade de se obterem os dados.

Faz-se necessário frisar que a análise documental deve sempre ser precedida de alguns procedimentos quanto ao seu uso. No caso da pesquisa que sustenta a elaboração desta dissertação, os cadernos do FNDE já eram do nosso conhecimento como aluna do curso de Formação pela Escola e depois do curso de tutoria do mesmo Programa.

Sendo assim, a análise aplicada na pesquisa consistiu no mapeamento de documentos que pudessem trazer esclarecimentos sobre os diferentes programas que compõem os sete cadernos trabalhados no percurso metodológico deste estudo, a saber:

- a) Diretrizes Gerais de Estrutura e Organização do Programa Formação pela Escola;
- b) Competências Básicas;
- c) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb;
- d) Programa do Livro Didático – PLI;
- e) Programa Nacional de Alimentação escolar – PNAE;
- f) Programa de Transporte do Escolar – PTE;
- g) Programa Dinheiro Direto na escola – PDDE;
- h) Controle Social para Conselheiros;
- i) Curso SIOPE.

Em nosso percurso de pesquisa, priorizamos o acesso a obras impressas relativas à formação continuada dada a facilidade de acesso a esse tipo de material, tanto na Universidade Estadual de Maringá (UEM) quanto no Polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB – Região Sul – Astorga). Acessamos ainda artigos virtuais relacionados à temática em estudo em diferentes bases de dados. Da mesma forma, buscamos, na análise de trabalhos correlatos, a releitura de dissertações defendidas nos últimos cinco anos na mesma área de pesquisa. O acesso a sites oficiais, como os do MEC e FNDE, além do Dia a dia Educação, também representou a opção metodológica adotada para a realização da pesquisa; a pesquisa bibliográfica foi complementada pelo acesso a leis e outros dispositivos legais.

No tocante à pesquisa documental, acessamos diferentes documentos relativos ao Programa Formação pela Escola, disponibilizados pelo FNDE e a cujo acesso tivemos em virtude de nossa atuação como tutora.

Gil (2002, p. 46) explicita que a pesquisa documental apresenta algumas vantagens como “[...] fonte rica e estável de dados”. Não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Assemelha-se à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, distinguindo-se pela natureza das fontes. A pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias.

A metodologia proposta conflui para a concepção de que a fonte é a matéria-prima do historiador, com a qual o pesquisador desenvolve sua investigação e análise. Concordamos com Severino (2007, p. 122-123), para quem “[...] não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais”.

2.5 PESQUISAS CORRELATAS SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA

É importante mencionar outros trabalhos recentes que empreenderam este tipo de pesquisa. Assim, tomamos como referência estudos relacionados à formação continuada e à educação a distância desenvolvidos, prioritariamente, por pesquisadores que integram a área de História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá.

No que diz respeito à formação continuada, apresentamos os estudos de Cardoso (2006), que avalia o Programa de Formação Continuada da Rede Municipal de Sarandi em parceria com a Universidade Estadual de Maringá desenvolvido no período de 2001 a 2004, além da dissertação de Verdinelli (2007), cujo objetivo foi investigar o processo de formação continuada de professores do Ensino Fundamental da rede privada de ensino em Maringá

subsidiada pelo referencial teórico-metodológico da Teoria Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica.

Cardoso (2006) refere que o programa que constituiu seu objeto de estudo visou oferecer subsídios teórico-metodológicos para a melhoria da ação docente por meio da reflexão sobre a prática, efetivando a unicidade teoria-prática. A autora adotou como metodologia a pesquisa de campo, tendo como amostra de sua pesquisa 40 professores participantes do programa de formação continuada, com vistas a verificar suas representações e avaliação sobre o programa. Entrevistou ainda os professores ministrantes do programa, além de docentes de diversos departamentos da UEM também com a finalidade de verificar sua avaliação sobre o programa.

Os resultados de sua pesquisa evidenciaram que a maioria dos professores aderiu ao programa em busca de conteúdos curriculares, sendo assim, as disciplinas que mais atenderam às expectativas dos professores foram as que priorizaram tais conteúdos. Em direção suplementar a essas expectativas, Cardoso (2006) entende que a complexidade da formação continuada extrapola a mera transmissão de conteúdos, devendo suscitar novas reflexões sobre a ação do professor e novos meios para que este possa desenvolver seu trabalho pedagógico. A autora propõe, então, uma formação continuada como um processo, no qual os professores busquem coletivamente a autonomia em produzir saberes e valores considerando o contexto escolar em que acontece a prática pedagógica escolar.

Cardoso (2006) discorda da ideia de que a formação continuada deve ser concebida como o remédio para todos os males da educação, na medida em que considera que as políticas de formação continuada devem estar em sintonia com as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que ocorrem na sociedade. Comungamos das ideias desta pesquisadora quando afirma que a formação continuada, não pode ser vista somente como uma solução paliativa para complementar a formação inicial, mas sim como um processo dinâmico e crítico com base em pressupostos teórico-práticos, estimulando a reflexão e a tomada de consciência não apenas dos professores, mas de todos os interessados em transformar a educação em um projeto de maior alcance, como elemento fundante de qualquer proposta de mobilização e transformação social.

Nessa direção, o Programa Formação pela Escola também assume essa perspectiva, uma vez que as ações e programas do FNDE, dentre eles o PFE, apresentam como principal característica a formação do cidadão com vistas a equipar e preparar professores, agentes educacionais, conselheiros e a comunidade escolar para acompanhar, fiscalizar e participar das políticas de educação. Nessa dimensão, a formação continuada e a EaD são instrumentos que têm como objetivo maior não apenas a formação pedagógica, mas a formação cidadã em consonância com os ditames constitucionais de 1988.

Já Verdinelli (2007), ao traçar como objetivo de sua dissertação investigar o processo de formação continuada de um grupo de professores do município de Maringá, trouxe importantes contribuições para essa discussão. A autora reforçou que as ações de formação continuada devem contribuir para o desenvolvimento profissional dos sujeitos, considerando as necessidades reais da escola, problematizando e investigando práticas vivenciadas na produção de novos saberes.

Um aspecto bastante enfatizado pela autora diz respeito à concepção de que a formação deve ser um processo contínuo, integrado ao cotidiano dos profissionais da educação e da própria instituição escolar, devendo integrar o projeto político pedagógico institucional. Assim, conforme Verdinelli (2007), cabe contemplar a formação continuada como um processo, durante o qual a instituição escolar deve ancorar-se em um sólido referencial teórico-metodológico e aprofundar essa perspectiva na busca de elementos para uma prática educativa transformadora, conforme demandam as necessidades dos sujeitos e da sociedade a que se destinam.

Trazemos ainda a esta pesquisa os relatos de duas dissertações que não se encontram relacionadas ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá, mas cujo tema convergem para as duas vertentes analisadas em relação ao nosso objeto de estudo: a formação continuada e a educação a distância.

Em seu estudo, Lopes (2011) discorreu sobre as políticas de formação continuada a distância de professores no estado do Paraná, com ênfase no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) desenvolvido pela Secretaria de Educação do Estado desde 2007 em parceria com as instituições estaduais de

Ensino Superior. Os resultados trazidos pelo autor sinalizam que as políticas de formação continuada de professores no estado do Paraná encontram-se inseridas em um contexto bastante complexo, demarcado por contradições e luta de classes nas quais as iniciativas para a expansão da formação continuada a distância de professores extrapolam o âmbito estadual e federal, seguindo orientações de políticas propostas por organismos mundiais.

Embora a ênfase de Lopes (2011) tenha sido dada ao PDE, salientamos que este não se trata especificamente de um curso a distância, embora muitos momentos sejam realizados em plataformas digitais. Importa, porém, destacar os resultados da pesquisa deste autor, os quais apontam na direção da necessidade de se lutar pela garantia de direitos conquistados e pela criação de novas políticas que imprimam novos contornos à educação pública brasileira.

Encontramos ainda uma pesquisa correlata ao nosso objeto de estudo em Rett (2008), quando a autora discute a formação continuada de professores por meio da educação a distância a partir da análise do programa “*TV na Escola*”. A autora sinaliza o anseio de que a EaD assuma o importante papel de minimizar as desigualdades, favorecendo a inclusão social. Assim, volta-se para a consolidação de programas de formação verdadeiramente comprometidos com a educação, com intenções pedagógicas e não apenas políticas. Refere ainda que a tecnologia deve assumir o posto de aliada, e não de protagonista do cenário educacional, contribuindo para que os envolvidos no processo de formação possam se atualizar, inovar, com vistas ao objetivo maior de buscar uma sociedade mais justa, com valores pessoais e coletivos, sob a égide da perspectiva ética Rett (2008).

Tendo sido apresentados outros estudos que também abordam nosso tema, convém salientar que encontramos dificuldades na execução das diferentes etapas deste estudo. Neste primeiro momento, optamos por não realizar uma pesquisa de campo devido à extensão do objeto de estudo, ainda relativamente desconhecido, e à necessidade de ampliar as informações acerca do PFE.

Em nossa abordagem, esperamos contribuir para um maior conhecimento acerca da formação continuada, especialmente sobre o Programa Formação pela Escola como proposta de articulação entre os diferentes sujeitos envolvidos no projeto educacional escolar.

3 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A FORMAÇÃO CONTINUADA NO PERÍODO PÓS-LDBEN

Nesta seção retomamos o processo histórico de formação continuada de professores no Brasil, apresentando as concepções de formação continuada e suas bases legais. Discutimos o Plano Nacional de Educação e sua contribuição para a consolidação dos programas de formação continuada como uma alternativa para uma melhor preparação dos profissionais em continuidade à formação inicial.

Kenski (2012), analisando a oferta de cursos de formação de professores no Brasil, salienta que uma das barreiras impostas aos profissionais da educação refere-se à utilização das novas tecnologias e suas práticas pedagógicas. A autora postula que:

Desenvolver cursos de formação de professores a distância utilizando as mais novas possibilidades tecnológicas, com velhos conteúdos e práticas pedagógicas obsoletas é um desserviço à educação e a sociedade. É reforçar ainda mais o fosso que separa a preocupação com o oferecimento de educação de qualidade – base para o conhecimento e desenvolvimento do país em uma era que privilegia o conhecimento – e a realidade educacional brasileira, com todas as suas dificuldades, atrasos e imperfeições (KENSKI, 2012, p. 9-10).

Diante do que expõe esta autora, consideramos que as políticas públicas de formação continuada devem contemplar, de forma prioritária, uma formação atualizada e qualificada e não apenas a transposição de conteúdos sistematizados. Estas condições se tornariam concretas mediante o contínuo redimensionamento dos programas de formação, buscando respaldo nas demandas da sociedade em suas distintas formas de organização, e atendendo às necessidades de cada grupo em específico.

Para melhor compreensão acerca da formação continuada, discorreremos, na sequência, sobre a trajetória histórica dessa ação no âmbito da educação a distância.

3.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA FORMAÇÃO CONTINUADA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Em primeiro lugar, devemos ponderar que os avanços científicos e tecnológicos trouxeram consequências para a educação, acompanhados de novas exigências para a formação do professor. As tecnologias, inseridas no cotidiano da sociedade na metade do século passado, ganharam mais espaço no cenário educacional e a Educação a Distância assumiu relevância nesse contexto. Com o advento da LDBEN, houve a ampliação e a intensificação de cursos para a formação inicial e continuada dos professores da Educação Básica.

Nessa perspectiva, buscamos em Kenski (2007) a percepção de que não basta ao sujeito adquirir apenas conhecimentos operacionais para desfrutar das possibilidades interativas com as novas tecnologias. A autora esclarece que é preciso desenvolver mecanismos que possibilitem uma reflexão sobre as concepções do que é o saber e sobre as formas de ensinar e aprender.

Esse posicionamento reflexivo deve estar presente em todos os elementos envolvidos na construção de um curso na modalidade a distância, sobretudo nos tutores, que interagem com o aluno diretamente. Embora ainda não exista um consenso sobre o melhor caminho para transpor os obstáculos no desenvolvimento da aprendizagem mediada pelas tecnologias, Lévy (1999) traz contribuições sobre essa questão ao explicitar que o uso das tecnologias digitais e das redes de comunicação interativas provoca uma ampliação e mutação na relação com o saber.

Em termos de legislação, Gomes (2009) informa que até meados da década de 1990 a EaD no Brasil era considerada clandestina ou excepcional, pois carecia de uma lei que a validasse.

Landim (1997) sublinha que a EaD esteve vinculada inicialmente à iniciativa de alguns professores, e na segunda metade do século XIX, começou a existir institucionalmente.

O texto legal da LDBEN apresenta, em seu artigo 80, a possibilidade do encaminhamento da constituição de cursos e programas a distância para a formação profissional. Esse artigo, ao tratar da oferta de cursos na modalidade a

distância, dispõe que caberá ao Poder Público incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º. A Educação a Distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º. A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de Educação a Distância.

§ 3º. As normas para produção, controle e avaliação de programas Educação a Distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º. A Educação a Distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais (BRASIL, 1996, p. 25).

Entretanto, visando a que o referido artigo produzisse efeitos, foi necessária uma regulamentação, por meio dos Decretos nº 2.494 (BRASIL, 1998a) e nº 2.561 de 1998 (BRASIL, 1998b), os quais, por sua vez, foram revogados pelo Decreto nº 5.622 (BRASIL, 2005), que estabeleceu as diretrizes gerais para a autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos na modalidade a distância. Esse documento ressalta a importância do credenciamento de instituições públicas e privadas para oferecer cursos e programas na modalidade a distância abrangendo o nível superior, a escola técnica, a educação profissional, a educação de jovens e adultos e a educação básica (BRASIL, 2005).

O Decreto nº 5.622/2005 determina a obrigatoriedade de as Instituições de Ensino Superior (IES) possuir credenciamento junto ao MEC, visando também ao amparo, à avaliação e ao desenvolvimento das atividades realizadas em polos presenciais ou em espaços que contemplem e atendam às exigências para a oferta de cursos na modalidade a distância (BRASIL, 2005).

Oliveira (2014) destaca a importância dos Decretos nº 2.494/1998 e nº 5.622/2005 para a concretização da legalização da EaD. A relevância desses dispositivos legais se estabelece pela disposição das normas operativas dos programas a serem implementados. A autora salienta que, mediante o Decreto nº 5.622/05 o conceito de EaD se amplia.

O referido documento enfatiza ainda que diante das diferentes possibilidades de organização de programas e cursos na modalidade a distância é essencial que se compreenda a educação como primeiro princípio, independente da modalidade de ensino, visto que o termo “a distância” é tão somente o modo de ensino (OLIVEIRA, 2014, p. 36).

Comungamos da ideia desta autora na medida em que entendemos que a educação, como elemento fundante da sociedade, deve receber especial atenção, por consistir a base das transformações demandadas pela população de maneira geral.

Também o MEC determinou e adotou princípios e diretrizes norteadores do processo de formação continuada.

- a) A formação continuada é exigência da atividade profissional no mundo atual;
- b) A formação continuada deve ter como referência a prática docente e o conhecimento teórico;
- c) A formação continuada vai além da oferta de cursos de atualização ou treinamento;
- d) A formação para ser continuada deve integrar-se no dia a dia da escola (BRASIL, 2006, p. 23).

Face a essas diretrizes, devemos ponderar que o elemento central da proposta de formação continuada é sua articulação com a prática. Com isso, cabe ao docente em atuação, além de sua formação inicial, a formação continuada. Para que os profissionais possam se manter em constante formação e qualificação, é essencial o apoio das ações governamentais e de todos os setores e instâncias, núcleos de ensino, secretarias estaduais e municipais, equipe pedagógica qualificada para despertar o desejo de buscar novos horizontes para atuar na educação. Isto porque, além da teoria e prática adquiridas na formação

inicial, é necessária uma reflexão cotidiana que permita o desvelar de novas formas de atuação.

Com esta pesquisa, procuramos trazer para discussão o tema da formação continuada de professores. Para tanto, realizamos o levantamento dos vários termos utilizados no processo de formação de professores, tais como reciclagem, treinamento, aperfeiçoamento, que se estendem para além da formação inicial, fazendo-se necessário dar seguimento à aquisição do conhecimento mediante formação constante e, assim, situarmos as atuais concepções relativas à concretude da formação continuada.

Dentre os documentos referentes às políticas de formação continuada implementadas pelo MEC no período pós-LDBEN e direcionadas para o conjunto de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental destacamos os Documentos Referenciais para a Formação de Professores (1999), o Sistema Nacional de Formação Continuada e Certificação de Professores (BRASIL, 2003) e o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (2007).

Quanto aos programas de formação continuada instituídos pelo MEC, enfatizamos o Programa de Desenvolvimento de Professores Alfabetizadores (Profa – 2001-2002), o Programa Gestão do Ensino Aprendizagem (Gestar – 2000-2003), o Programa de apoio à Leitura e à Escrita (Praler – 2003-2004) e o Programa Formação pela Escola (PFE – 2006-2016) foco maior desta pesquisa.

Para estudar os aspectos históricos e conceituais da formação continuada de professores, é necessário um diagnóstico cauteloso desse processo. Destacamos que as políticas nacionais de formação continuada procuram atender a uma demanda que é também social, além de profissional. Assim, faz-se imperativo que o professor esteja atento às transformações sociais, às novas demandas políticas, sem esquecer as novas posturas nas relações sociais e interpessoais, conforme Gatti (2008, p. 58):

Nos últimos anos do século XX, tornou-se forte, nos mais variados setores profissionais e nos setores universitários, especialmente em países desenvolvidos, a questão da imperiosidade de formação continuada como um requisito para o trabalho, a ideia da atualização constante, em função das mudanças nos conhecimentos e nas tecnologias e das mudanças no mundo do trabalho. Ou seja, a educação continuada foi colocada como aprofundamento e avanço nas formações dos profissionais.

Incorporou-se essa necessidade também aos setores profissionais da educação, o que exigiu o desenvolvimento de políticas nacionais ou regionais em resposta a problemas característicos de nosso sistema educacional (GATTI, 2008, p. 58).

Denotamos, assim, que a formação continuada assume um importante papel face às constantes mudanças que impactam o mundo do trabalho. Especificamente no âmbito escolar, em que estão envolvidos diferentes atores sociais e finalidades específicas de desenvolvimento e transformação social, persiste a necessidade de constante atualização dos saberes para atendimento das demandas de cada momento específico do processo educacional. Acrescentamos ainda que a atualização dos saberes docentes revela-se uma demanda propícia ao próprio desenvolvimento do fazer didático-pedagógico.

Segundo Pimenta (1999, p. 39), “o trabalho docente é construído e transformado no dia a dia da vida social, isto é, tem-se como ponto de partida a prática pedagógica e como ponto de chegada a prática social dos sujeitos”, caracterizando-a como fonte de conhecimentos críticos arraigados na sociedade.

Historicamente, a educação continuada tem assumido diversas concepções, de acordo com o momento político do período em que esse processo se desenvolve. O processo dinâmico, pelo qual os professores participam de palestras, cursos, oficinas, seminários ou outras propostas permite-lhes aprimorar o exercício de sua prática profissional atendendo às exigências do ato de ensinar e é denominado formação continuada, no intuito de reestruturar e aprofundar conhecimentos adquiridos na formação inicial, ao mesmo tempo em que descortina novos conhecimentos (PIMENTA, 1999).

Pontuamos a existência de diferentes concepções de formação continuada, cuja preocupação é preencher as lacunas da formação inicial com vistas ao desenvolvimento profissional e pessoal de professores e de uma ação transformadora de sua prática pedagógica. Para compreender como se constitui o processo de formação de professores e suas competências adquiridas com o saber das práticas, é necessário levar em conta elementos constitutivos do saber docente como fundamentais na formação profissional, assim como as diferentes concepções apresentadas pela doutrina quanto à formação continuada, conforme tópico subsequente.

3.2 CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Nesta seção, abordamos algumas concepções de formação continuada na vertente de estudiosos como Demailly (1992) e Nóvoa (1997) e refletimos sobre o significado político dessa prática pedagógica do profissional da educação. Frisamos que formação continuada e formação em serviço são termos com significados semelhantes, sendo ambas as denominações encontradas na LDBEN nº 9.394/96.

Demailly (1992) classifica a formação continuada em quatro modelos sistematizados de transmissão de saberes: universitária; contratual; escolar e interativa-reflexiva. Discorremos sobre esses modelos na sequência.

A formação universitária vincula-se a uma instituição formadora, de caráter formal, promovendo uma titulação específica. Tem como finalidade essencial a transmissão do saber e da teoria. Um exemplo são as qualificações das graduações ou pós-graduações. O simbolismo impera nas relações entre formador e formando, personalizando-as no sentido de valorizar o aspecto pessoal e capacitando para o exercício profissional, promovendo, não somente o sentido afetivo, mas também construindo competências e prestígio pessoal continuamente. Essa formação contempla projetos de caráter formal, extensivo, vinculados a uma instituição formadora, promovendo titulação específica. A forma contratual é o modo mais usual de oferecer curso de formação continuada, podendo o interesse partir de qualquer um dos envolvidos, sejam a empresa, o formador, o formando ou a estrutura pedagógica, gerando negociação para desenvolver um programa específico (DEMAILLY, 1992).

No modelo escolar, há uma relação institucional do ensino definida pelos organizadores ou contratantes. Os programas são definidos pelos que o contratam. A forma interativa-reflexiva evidencia a interação entre formandos e formadores no decorrer do processo de formação, cujo modelo atua em situações reais. É durante a relação pedagógica que os conhecimentos são produzidos tendo como característica o aprender fazendo Demailly (1992).

Demailly (1992) assinala que os moldes pensados sobre a formação de professores não se encontram em estado puro, ou seja, são tipos ideais que

devem ser aplicados na formação contínua dos professores. Além destes, encontramos outros modelos de formação contínua para os profissionais da educação, como a reorganização proposta por Nóvoa (1997) dos quatro modelos de Demailly (1992) em dois grupos: estrutural e construtivo. Vamos a eles.

O modelo estrutural enfatiza a perspectiva universitária e escolar, com base na racionalidade técnico-científica em que o processo de formação se organiza fundamentado em uma proposta previamente organizada, centrada na transmissão de conhecimentos e informações de caráter instrutivo. Os projetos de formação continuada são oferecidos por agências detentoras de potencial e legitimidade informativa, exterior aos contextos profissionais dos professores em processo de formação e possuem controle institucional de frequência e desempenho Nóvoa (1997).

O modelo construtivo de Nóvoa (1997) contempla o modelo contratual e interativo-reflexivo de Demailly (1992), que parte da reflexão interativa e contextualizada, articulando teoria e prática, formadores e formandos. Prevê avaliações do desempenho dos envolvidos, que podem ter um caráter informal.

Na aceção de Nóvoa (1997), esse processo sugere uma relação em que formadores e formandos são colaboradores, predispostos aos saberes produzidos em ação. O contexto é de cooperação, em que todos são corresponsáveis para a resolução dos problemas práticos. Em sua proposta de modelo construtivo, o professor é um sujeito participante, criativo e autônomo, podendo opinar junto com seus pares no sentido da construção individual e coletiva. Nessa vertente, percebemos que a relação entre colaboradores e formandos é produzida em ação conjunta. O modelo construtivo tem como base o conhecimento, a cooperação e a interação de todos os envolvidos no processo de formação continuada.

É importante frisar, em consonância com Nóvoa (1997), que a formação continuada deve trazer como principal característica a articulação, com vistas ao desenvolvimento e à produção do professor nas dimensões pessoal e profissional, mas também objetivando o desenvolvimento e a produção da escola como instituição educativa responsável por grande parte das questões relacionadas à educação.

A formação continuada implica a mudança dos professores e das escolas, o que não é possível sem um investimento positivo das experiências inovadoras que já estão no terreno. Caso contrário, desencadeiam-se fenômenos de resistência pessoal e institucional, e provoca-se a passividade de muitos atores educativos (NÓVOA, 1997, p. 30).

Nóvoa (1997) discorre com bastante propriedade sobre uma situação ainda encontrada em um número expressivo de instituições escolares, em que profissionais apresentam resistência à participação em eventos de formação continuada, sujeitando-se apenas em virtude da necessidade de titulação para avanços profissionais na carreira docente. Da mesma forma, as entidades mantenedoras reforçam essa postura sem atentar para a necessária conjugação a que se refere o autor quando afirma que deve existir uma aproximação entre os interesses das instituições de formação e as necessidades e expectativas dos professores e escolas.

Marin (1995) apresenta reflexões relativas ao tema de formação continuada de professores da educação. A autora revê alguns termos presentes no discurso cotidiano dos profissionais nas escolas e assevera que o termo reciclagem sempre esteve presente nas diversas áreas, até mesmo na educação, sobretudo nos anos 80 do século XX. Adverte que palavra “reciclável”, no entanto, é entendida como material capaz de transformação/modificação, não comportando o seu uso na educação.

[...] a adoção desse termo e sua concepção em nosso meio educacional levaram à proposição e à implementação de cursos rápidos e descontextualizados, somados a palestras e encontros esporádicos que tomam parcelas muito reduzidas do amplo universo que envolve o ensino, abordando-o de forma superficial (MARIN, 1995, p. 14).

Assim como Marin (1995), acreditamos que não basta somente oferecer formação contínua aos profissionais da educação se esta não estiver voltada a resultados na prática educacional.

Marin (1995) utiliza outro termo para definir formação continuada: “treinamento”, que tem tido ampla penetração na área de formação humana, contemplando os profissionais da educação. Segundo a autora, tornar apto, capaz de realizar tarefas, ter habilidades significa treinamento, e não podemos

desprezá-lo totalmente, pois há profissionais, como os da Educação Física, cujo método de formação envolve algumas dessas ações. A autora argumenta que esse termo é inadequado quando se trata dos métodos educacionais porque os profissionais da educação são sujeitos pensantes e atuantes. Concordamos que as questões voltadas às habilidades dos professores e suas capacidades têm tomado um espaço significativo das reflexões no que tangem à profissionalização dos professores.

Ainda citando Marin (1995), esta adverte sobre o significado da palavra aperfeiçoamento no sentido de “tornar-se perfeito”. A autora sustenta que não podemos conceber o processo educativo como um conjunto de ações capaz de completar alguém na medida em que a educação, em sua essência, remete ao desenvolvimento do ser humano. Isso leva a pensarmos tanto na vida pessoal como na profissional que o ser humano não consegue atingir a amplitude do processo educativo em sua totalidade. É preciso refletirmos sobre as ações e atitudes apresentadas pelo professor com a finalidade de buscar caminhos que levem à superação dos entraves que podem ocorrer na sala de aula. Nesse aspecto, Marin (1995) relata que há possibilidades de reverter ações adversas ao pensar em aperfeiçoamento e na correção de falhas.

No entanto, é importante salientar que os cursos de formação continuada não significam apenas atualização, treinamento ou capacitação:

A formação continuada supõe cursos, palestras, seminários, atualização de conhecimentos e técnicas, ela não se restringe a isso, mas exige um trabalho de reflexão teórica e crítica sobre as práticas e de construção permanente de uma identidade pessoal e profissional em íntima interação, como também das dimensões individual e social dos atores envolvidos no processo educativo (BRASIL, 2006, p. 24).

Diante do exposto, para que a formação continuada alcance seu objetivo de capacitar os profissionais da educação, são necessárias ações concretas no ambiente escolar, além de métodos de comunicação com os órgãos dos sistemas de educação e destes com as instituições formadoras de docentes. Nesse sentido, não basta a criação de cursos sem uma base que proporcione ao docente a qualificação e a satisfação em se capacitar. É necessária a busca constante de melhorias e condições de trabalho aos professores que atuam na

educação em todos os níveis, ações que tendem a reestruturar o trabalho pedagógico nas instituições, transformando-as em benefícios aos educandos. De forma prioritária, é preciso que o docente seja valorizado em todos os aspectos relativos à sua vida profissional e pessoal.

Gatti et al. (2011) consideram importante e cuidadoso, na perspectiva de formação de professores, o discurso sobre competência, observando que a educação é institucionalizada e tem como horizonte a formação humana, que transcende as questões ligadas às competências. Ainda na visão destas autoras, as situações escolares não são desvinculadas das circunstâncias específicas que as constituem, uma vez que a atuação dos professores encontra-se determinada pelas condições de cada contexto específico.

A autora apresenta a crítica trazida por Souza e Pestana (2009 apud GATTI et al., 2011, p. 30), as quais assinalam que:

No pressuposto deste sujeito deslocado de suas circunstâncias, os sistemas educativos e as instituições educacionais tendem a comprometer-se exclusivamente com a capacitação de pessoas isoladas, sem se responsabilizar pelas condições que os constituem como professor e como sujeitos.

Para estes autores, as políticas públicas precisam ser postas demandando a formação profissional, mas também contextualizando o profissional professor como um sujeito pertencente a uma sociedade que se apresenta em constante transformação. Isso requer desse sujeito uma postura ativa frente aos desafios a serem superados na sociedade contemporânea.

Marin (1995, p. 17) sustenta a ideia de capacitação como sinônimo de tornar capaz, o que lhe permite afirmar que:

[...] parece-me congruente com a ideia de educação continuada, pois aceitamos a noção de que para exercer as funções de educadores é preciso que as pessoas se tornem capazes, que adquiram as condições de desempenho próprias à profissão.

As questões em evidência sobre “tornar-se capaz” vêm ao encontro da necessidade de formação continuada dos profissionais da educação, cabendo a

estes refletir sobre ações que os levem a mudar suas práticas educacionais mediante reflexões e capacitações contínuas.

Os termos educação permanente, formação continuada e educação continuada, de acordo com Marin (1995), definem-se como um único bloco, considerando a sua semelhança na proporção em que se fundamentam na pesquisa como centro, promovendo o conhecimento como alicerce da formação inicial, da formação continuada e o de fazer uso de pesquisas que enriqueçam o saber dos profissionais da educação e tudo o que isso determina na prática pedagógica cotidiana.

Há sentidos múltiplos e simultâneos nas questões relativas às concepções de formação continuada, isto é, na utilização de um ou de mais termos para atender às necessidades no decorrer da prática educacional. No entanto, a maneira de conduzir dependerá das intenções de quem as propõem e também das expectativas dos participantes no processo de formação continuada.

O entendimento de educação, caracterizado pelo termo educação permanente, dá-se no decorrer de nossas vidas em desenvolvimento contínuo (MARIN, 1995). Ao se reportar ao termo educação continuada, a autora afirma que:

[...] o uso do termo educação continuada tem a significação fundamental do conceito de que a educação consiste em auxiliar profissionais a participarem ativamente do mundo que os cerca, incorporando tal vivência no conjunto dos saberes de sua profissão (MARIN, 1995, p. 19).

A formação continuada deve estar voltada ao desenvolvimento e à produção do professor como indivíduo e como profissional, visando desenvolver o crescimento e a produção da escola como instituição educativa, grande responsável pelas questões relacionadas à educação (NÓVOA, 1997).

Silva (2011, p. 13) reitera que:

O mundo globalizado e a emergência de uma nova sociedade, designada como sociedade do conhecimento e da informação, exigem dos profissionais, em todas as áreas, formação continuada, visto que tal cenário envolve inúmeras transformações em todos os setores da vida humana. Do educador, espera-se

também que esteja – segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96) – em permanente formação para o seu aprimoramento profissional. Atende-se, assim, às novas demandas sociais e até do próprio mercado, que solicita uma sólida formação (SILVA, 2011, p. 13).

Ao mencionar o cenário contemporâneo e suas contínuas transformações como fonte das demandas pela formação permanente, a autora corrobora a importância do aprimoramento profissional como elemento imprescindível para o atendimento das necessidades decorrentes da sociedade da informação.

Quanto às perspectivas de formação continuada dos professores, Candau (1996) afirma que há dois modelos de formação continuada, sendo o clássico tradicional de formação e o novo modelo de formação continuada. A autora enfatiza que o termo reciclagem tem como significado retornar à atualização da formação já recebida, na perspectiva clássica de formação. Esse processo de formação continuada é concretizado nos próprios locais destinados à atualização, isto é, lócus de produção do conhecimento.

Seguindo o pensamento de Candau (1996) sobre a perspectiva tradicional de formação de professores, Tardif (2002) refere que essa concepção determinou e ainda domina todas as visões de formação de professores, entrevistados como aplicadores dos conhecimentos produzidos pela pesquisa universitária.

Ao referir-se à nova perspectiva de formação de professores, Candau (1996) assevera que ela deve ser refletida tendo como base os três aspectos: a escola como lócus de formação continuada; a valorização do saber docente e o ciclo de vida profissional dos professores.

Isto significa que é no dia a dia, no cotidiano da prática profissional que o professor aprende e desaprende, descobre e redescobre, melhorando sua formação. Para essa construção do conhecimento, o professor não precisa se deslocar do seu ambiente de trabalho, pois segundo Kassar (2004, p. 517), “[...] a escola deve ser lócus de apropriação cultural e de práticas sociais das novas gerações”.

Ainda sobre as considerações referentes à valorização do saber docente, citamos as palavras de Candau (1996):

Considero fundamental ressaltar a importância do reconhecimento e valorização do saber docente no âmbito das práticas de formação continuada, de modo especial dos saberes da experiência, núcleo vital do saber docente, e a partir do qual o/a professor/a dialoga com as disciplinas e os saberes curriculares. Os saberes da experiência se fundam no trabalho cotidiano e no conhecimento de seu meio. São saberes que brotam da experiência e são por ela validados. Incorporam-se à vivência individual e coletiva sob a forma de *habitus* e de habilidades, de saber fazer e de saber ser. É através desses saberes que os professores e professoras julgam a formação que adquiriram, a pertinência ou o realismo dos planos e das reformas que lhe são propostas e concebem os modelos de excelência profissional (CANDAU, 1996, p. 140).

Nesse âmbito, observamos que, além dos saberes da disciplina e dos saberes profissionais, os saberes práticos e a experiência do professor em seu cotidiano profissional devem ser reconhecidos e valorizados e por isto mesmo consideramos de fundamental importância sua participação nos cursos de formação continuada e nas práticas educativas.

3.3 BASES LEGAIS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação do professor à luz da concepção de educação comprometida com o processo social exige um profissional com competências básicas necessárias para exercer suas atividades docentes. Gatti (2008) considera que o contexto societário mais amplo em que estamos inseridos, que cria sentidos e demandas que em períodos anteriores não se apresentavam, impediu à democracia dar sentido à maioria das demandas da cidadania, o que coloca mais desafios a um governo da educação em atender às diversas e amplas camadas sociais. Na visão da autora, “O contexto atual é o da inclusão de todos no que diz respeito aos bens públicos educacionais e sociais, e isso não estava posto anteriormente nos projetos de Estado como nação” (GATTI, 2008, p. 62).

Sob o ponto de vista da definição dos dispositivos regulamentados pela LDBEN, Lei nº 9.394/96, no que concerne à formação superior dos professores da educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, os artigos 61 a 67 e o

87, parágrafo 4º, foram essenciais e decisivos para atender às exigências de formação desses profissionais (BRASIL, 1996).

Os cursos direcionados à formação dos profissionais da educação encontram-se pautados em um processo legal da LDBEN, de modo especial no artigo 61:

Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: I - professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim (BRASIL, 1996, p. 24).

Nesse artigo, são elencados os profissionais de educação e sua respectiva formação, enfatizando-se a importância da experiência adquirida por meio da prática, a associação que acontece entre teoria e prática na formação e a valorização das experiências adquiridas anteriormente pelo professor na utilização de seus conhecimentos. Assim, amplia-se o rol de profissionais, quando se inclui a expressão trabalhadores em educação.

O artigo 63 da LDBEN (regulamentado pelo Decreto nº 3.276/99) determinou que os Institutos Superiores de Educação fossem responsáveis pela manutenção de programas que se dedicavam à Educação Básica (BRASIL, 1999).

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:

I – Cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior; destinado à formação de docentes para educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental.

II – Programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III – Programas de educação continuada para os profissionais da educação dos diversos níveis (BRASIL, 1996, p. 25).

Mesmo tendo o teor desse artigo 63 se modificado, é possível afirmar que a formação e qualificação dos profissionais do magistério parecem favorecer não apenas os profissionais da área educacional, mas remetem à busca de alternativas de modo a garantir educação pública de qualidade. Dessa maneira, faz-se necessário promover uma formação ampla que atenda às demandas desse novo cenário que não é só educacional, mas também sociocultural, como assinalam Gatti et al. (2011, p. 14):

Há, então, duas vertentes analíticas a considerar na discussão de um governo da educação: o cenário sociocultural mais amplo (grifo meu) em que nos movemos na sociedade globalizada e as políticas para a educação e para os docentes, em particular, colocadas pelos diferentes níveis de gestão educacional no Brasil.

Nessa perspectiva, o artigo 67 da LDBEN salienta a valorização dos profissionais da área educacional:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I – Ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II – Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III – Piso salarial profissional;
- IV – Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V – Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluindo na carga de trabalho;
- VI – Condições adequadas de trabalho (BRASIL, 1996).

Cury (2004 apud BRASIL, 2006) especifica que o artigo 67 incorre diretamente no cunho federativo do Brasil, concedendo aos estados, municípios, Distrito Federal e União liberdade para uma aplicação diferenciada conforme situações e contextos.

Nesse contexto, a educação a distância vem contribuindo para o surgimento de mudanças significativas. Dessa forma, o inciso III do artigo 87 prevê a utilização da EaD para auxiliar na formação docente, conforme segue: “III – realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício,

utilizando também, para isto, os recursos da educação à distância” (BRASIL, 1996, p. 30).

O destaque para a formação continuada nas determinações legais referidas, bem como nas disposições decorrentes, resulta em inúmeras iniciativas do sistema de ensino, de estados ou de municípios e da União, caracterizando um forte incremento nos programas ou ações de formação continuada.

A esse respeito, Costa (2014, p. 17) pontua que:

Detectar os problemas e apontar caminhos para a sua superação é, a nosso ver, um exercício de fundamental importância para que a EaD possa se consolidar como modalidade de ensino presente, de fato, no cenário educacional brasileiro, ultrapassando os limites da oficialização e alcançando um grau maior de aceitação no interior das instituições oficiais de ensino.

Com relação à superação e à consolidação da EaD, essa modalidade tem se expandido em todo o território nacional, chegando aos municípios interioranos por meio de recursos midiáticos, porque inúmeras ações por parte das políticas públicas em prol da formação de professores têm ocorrido nas últimas duas décadas. Em decorrência, a elaboração de um plano de educação para orientar o ensino brasileiro e a expansão de formação inicial e continuada para fortalecer essas ações nas IES fizeram com que a perspectiva de formação docente tivesse um aumento significativo.

3.4 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO CONTINUADA

A qualificação do professor representa um dos maiores desafios para o PNE, cabendo ao Poder Público dar preferência a essa temática. A formação inicial e continuada do profissional da educação compõe um dos princípios básicos para o avanço científico e tecnológico em nossa sociedade, haja vista que a produção do conhecimento e a criação de novas tecnologias se baseiam no nível e na qualificação das pessoas.

A Constituição Federal de 1988 concebida como constituição cidadã, pela ênfase dada aos direitos sociais determina, em seu artigo 214, a obrigatoriedade da elaboração do Plano Nacional da Educação (PNE), responsável por estabelecer as diretrizes, objetivos, metas e estratégias para manter e desenvolver o ensino em todos os níveis, etapas e modalidades. Contudo, apenas em 2001 ocorreu a aprovação da Lei Ordinária nº 10.172, encarregada pela instituição do PNE com validade de dez anos e cuja meta foi de ampliar os programas de formação em serviço para garantir a todos os professores uma qualificação mínima exigida pela LDBEN.

Ressaltamos que esse documento foi dividido em seções conforme a modalidade de ensino e que no segundo item do capítulo I estão definidos os objetivos e as prioridades gerais da educação. Entre estes, constam a elevação global da escolaridade e a melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis.

No que se refere à formação continuada de professores, o PNE (2001-2010) estabeleceu objetivos e metas a serem atingidos até final de sua vigência; destacamos as metas 4 e 13:

Meta 4: Estabelecer um amplo sistema interativo de educação ao término dessa década da educação à distância, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada.

Meta 13: Diversificar oferta de ensino, incentivando a criação de cursos noturnos com propostas inovadoras, de cursos sequenciais e de cursos modulares, com certificação, permitindo maior flexibilidade na formação e ampliação da oferta de ensino (BRASIL, 2001, p. 152).

Essas metas demonstravam, naquele momento, que era dever da União expandir o ensino em todos os níveis e modalidades, respaldando a formação continuada e incentivando a criação de cursos modulares de maneira a flexibilizar a sua ampliação.

O ano de 2009 abriu caminho para a realização de conferências municipais, intermunicipais, estaduais e no Distrito Federal. Houve debates com entidades, escolas e universidades por meio de programas radiofônicos, televisivos e via internet sobre o tema central da Conferência Nacional de Educação (Conae): Construindo o Sistema Nacional Articulado, O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégia de Ação.

Tais conferências foram precedidas de ações compostas por representantes do governo federal e representantes da sociedade civil, o que foi decisivo para a mobilização da sociedade brasileira como um todo.

[...] constitui-se num acontecimento ímpar na história das políticas do setor educacional no Brasil e contou com intensa participação da sociedade civil, de agentes públicos, entidades de classe, estudantes, profissionais de educação e pais/mães (ou responsáveis) de estudantes. Ao todo foram credenciados/as 3889 participantes, sendo 2.416 delegados/as e 1473, entre observadores/as, palestrantes, imprensa, equipe de coordenação, apoio e cultura (BRASIL, 2010a, p. 10).

Em especial, a conferência realizada em Brasília em 2009 viabilizou de maneira democrática a oportunidade para um amplo debate concernente à educação, objetivando principalmente a mobilização política e social em favor da educação brasileira (BRASIL, 2009).

Com as discussões iniciadas em 2009 a respeito da educação, foram produzidos documentos nos quais foram estabelecidos alguns desafios que tratam da necessidade de garantir a oferta de educação com qualidade, objetivando que seja inclusiva, intercultural e estruturada por uma gestão democrática. Além disso, almeja-se a institucionalização de um Sistema Nacional de Educação no Brasil que possibilite a colaboração de todos os entes federativos no financiamento, avaliação, formação e valorização dos trabalhadores da educação brasileira.

Posteriormente, houve a necessidade de formular um novo Plano Nacional de Educação, o PNE (2011-2020), regulamentado pela Lei nº 13.005/14, de 25 de junho de 2014, como política de Estado voltada para as carências educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino e que contempla 20 metas a serem alcançadas até 2023 (BRASIL, 2014).

O PNE passou a ser um instrumento decisivo, estratégico e norteador para o cumprimento das metas na educação brasileira. Os debates voltados para o novo PNE foram articulados a partir da Conae, o que tem contribuído para a criação de uma nova proposta transcrita no documento final desse evento.

Julgamos necessário destacar alguns momentos importantes que precederam à edição do Projeto de Lei nº 8.035/10, que deu origem ao PNE (2011-2020).

Segundo as decisões e propostas da Conae, criou-se uma Comissão com o objetivo de analisar, refletir e criar estratégias que constavam no Projeto de Lei nº 8.035/10 apresentado pelo governo federal ao Congresso Nacional, votado e aprovado pela Câmara dos Deputados. Esse Projeto estabeleceu metas a serem atingidas até 2020, com estratégias a serem implementadas de acordo com a União, os estados e os municípios.

O PNE é composto por 10 diretrizes, conforme segue:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais;
- IV – melhoria da qualidade do ensino;
- V - formação para o trabalho;
- VI – promoção da sustentabilidade socioambiental;
- VII – promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;
- IX – valorização dos profissionais da educação; e
- X – difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação (BRASIL, 2011).

A análise dessas diretrizes aponta para o entendimento de que há necessidade de promover a qualidade do ensino em todos os aspectos. O maior desafio é planejar a promoção da formação continuada de professores para a erradicação dos déficits educacionais.

Um dos importantes eixos do PNE (2011-2020) é o IV, que trata da formação e valorização dos profissionais da educação. O referido eixo propõe a formação dos profissionais da Educação Básica em todos os seus níveis (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio) e modalidades (educação profissional, de jovens e adultos, do campo, escolar indígena, especial e quilombola), e a formação profissional para a educação superior (graduação e pós-graduação). Desse modo, esta necessita ser planejada sob o aspecto social e contemplada por meio de políticas públicas que possibilitem a formação em cursos de graduação, especialização e formação continuada.

Na própria forma de constituição do PNE, tanto na primeira quanto na segunda edição, aconteceram fóruns de educação em que foi destacada a exigência legal de participação da sociedade e dos representantes de movimentos sociais.

No PNE, são elencadas cinco possibilidades de estruturas distintas de instituições educacionais que contribuem para formação de professores no Brasil:

a) Nas escolas normais, que ainda oferecem o curso de magistério; normal de nível médio; b) nas universidades, que oferecem os cursos de licenciatura compartilhados entre os institutos de conteúdos específicos e as faculdades; centros; departamentos de educação, que oferecem o curso de pedagogia e a complementação pedagógica dos demais cursos de licenciatura; c) nas IES, em geral, ou seja, nos centros universitários, faculdades integradas ou faculdade, institutos, centros e escolas que oferecem cursos de licenciatura em geral; d) nos institutos superiores de educação, criados pela LDB, para funcionar no interior das IES e para assumir toda a formação inicial e continuada de professores/as; e) nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) ou Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFET), que podem ofertar os atuais cursos de licenciatura, além de licenciaturas específicas para a profissional (BRASIL, 2010a, p. 80).

De acordo com o documento da Conae, a formação continuada pode contribuir para a democratização de acesso à capacitação de professores, proporcionando mais flexibilidade, fortalecendo a autonomia intelectual, sendo esta a continuidade e complementação da formação inicial.

Para fortalecer as questões voltadas a essa formação dos professores em rede nacional, o MEC e o FNDE apontaram, no Plano de Desenvolvimento da Educação e no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, a organização de suas ações e de seus mecanismos de cooperação técnica e financeira como um dos importantes instrumentos de universalização das oportunidades de democratizar e qualificar a educação que se faz em nosso país.

Assim, o FNDE tem buscado definir uma política de formação continuada que atenda às necessidades dos servidores, gestores, técnicos e conselheiros envolvidos com as ações educacionais em cada unidade federativa por meio de uma política de parcerias estratégicas.

Mais que isso, julgamos acertado discutir a formação continuada e a EaD como instrumentos de participação, controle e mobilização social. Assim sendo, não se trata apenas de promover o aprofundamento pedagógico do profissional, mas de se aprofundar nas questões sociais, políticas e de gestão democrática.

Nessa perspectiva, entendemos os programas do FNDE, dentre os quais se insere o objeto deste estudo, a partir de sua característica principal, que se volta para a formação do cidadão. O Programa Formação pela Escola visa preparar professores, agentes educacionais, conselheiros e a comunidade escolar para acompanhar, fiscalizar e participar das políticas de educação, conforme percebemos pela abertura dos cursos a todos esses atores sociais.

Na direção aqui assumida, cabe nos reportarmos novamente à formação cidadã como a essência da Constituição Federal de 1988, que assegurou o direito à educação como o vértice das ações que visam garantir os direitos fundamentais da população. Deste modo, ao propor mecanismos de acompanhamento, fiscalização e participação das políticas da educação, o FNDE e em especial o PFE coadunam-se com os preceitos constitucionais.

O Programa Formação pela Escola, objeto maior desta pesquisa, consiste em um processo de formação continuada que pretende contribuir para o fortalecimento da rede de agentes e parceiros envolvidos com a execução, o monitoramento, a avaliação, a prestação de contas e o controle social das ações e programas educacionais financiados pelo FNDE por meio da oferta de cursos na modalidade a distância. Visa à formação de sujeitos críticos, participativos e atuantes, tanto na comunidade escolar como na vida social, e sua proposta pedagógica fundamenta-se em três pilares: a educação a distância, a formação continuada e a construção do conhecimento.

Essa proposta encontra-se amparada na Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujo artigo 62 dispõe que:

§ 1º. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos professores de magistério.

§ 2º. A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias da educação a distância (BRASIL, 1996, p. 25).

Na concepção de que a educação deve ocorrer ao longo do espaço-tempo do exercício profissional e que as capacitações necessitam estar referenciadas às exigências da prática profissional, o Programa Formação pela Escola proporciona aprendizagens que possibilitam a articulação entre a formação inicial, a formação

continuada e as experiências vividas pelos participantes em seu cotidiano, visando saberes teóricos e práticos.

Retomamos a ideia de que as políticas do FNDE encontram-se em consonância com as premissas da Constituição de 1988. Isto se encontra claramente expresso no fragmento: “A finalidade dos programas do FNDE não é, tão somente, levar recursos financeiros para serem utilizados adequadamente dentro da escola, mas também propiciar formação cidadã à comunidade escolar” (BRASIL, 2013a, p. 21).

Conforme observamos no trecho transcrito, é importante ampliar a compreensão acerca das finalidades dos programas e ações do FNDE, tendo em vista a intencionalidade de propor mudanças conceituais em relação às políticas sociais e em particular, às políticas educacionais.

No bojo dessa discussão, reforçamos a importância dos organismos de controle social, notadamente os conselhos federais, estaduais e municipais, além de instâncias colegiadas como as associações de pais e mestres e sociedade como um todo.

Tendo em vista a ideia de que a educação deve ocorrer ao longo da vida, os cursos da Formação pela Escola são constituídos por atividades organizadas para atender a todas as pessoas que sentem necessidade de avançar continuamente em suas trajetórias de desenvolvimento pessoal, social e profissional.

3.5 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A FORMAÇÃO CONTINUADA NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS E PROGRAMAS

Na perspectiva de atribuir à instituição escolar o lugar e a função social que o atual momento histórico lhe designa, entendemos que é necessário dar à formação continuada um papel central nas políticas públicas para a educação. Portanto, a formação continuada visa não somente a capacitar e a atualizar educadores, como também a reforçar a ideia de que a educação demanda um

contínuo repensar da prática frente às demandas educacionais da sociedade contemporânea.

Pontuamos que no contexto desta sociedade da informação todas as instituições, entre elas as escolares, sofreram mudanças na última década. Os avanços científicos e tecnológicos trouxeram consequências para a educação, demandando novas exigências para a formação do professor.

As novas tecnologias, instaladas na sociedade na metade do século passado, ganham, a cada dia, mais espaço no cenário educacional e a EaD passou a assumir relevância neste contexto. Desde a sua regulamentação, com a nova Lei LDBEN/96, houve a ampliação e intensificação de cursos e pós-graduação nessa modalidade.

Hermida e Bonfim (2006) explicitam que a EaD não é um fenômeno educacional novo, mas vem crescendo exponencialmente em decorrência do surgimento da sociedade baseada em informação e da explosão do conhecimento. Os autores reforçam que a sociedade demanda cada vez mais novas habilidades e conhecimentos e somente a educação presencial não se mostra suficiente para atender esta demanda.

São inúmeras as instituições de ensino superior que vêm se firmando como importantes polos de disseminação da educação a distância, em cursos variados, inclusive técnicos. Nesse viés, trazemos para a discussão um recorte acerca dos conceitos e especificidades dessa modalidade de formação inicial.

Destacamos o conceito de educação a distância apresentado por Moore e Kearsley (2010, p. 2) quando se referem ao:

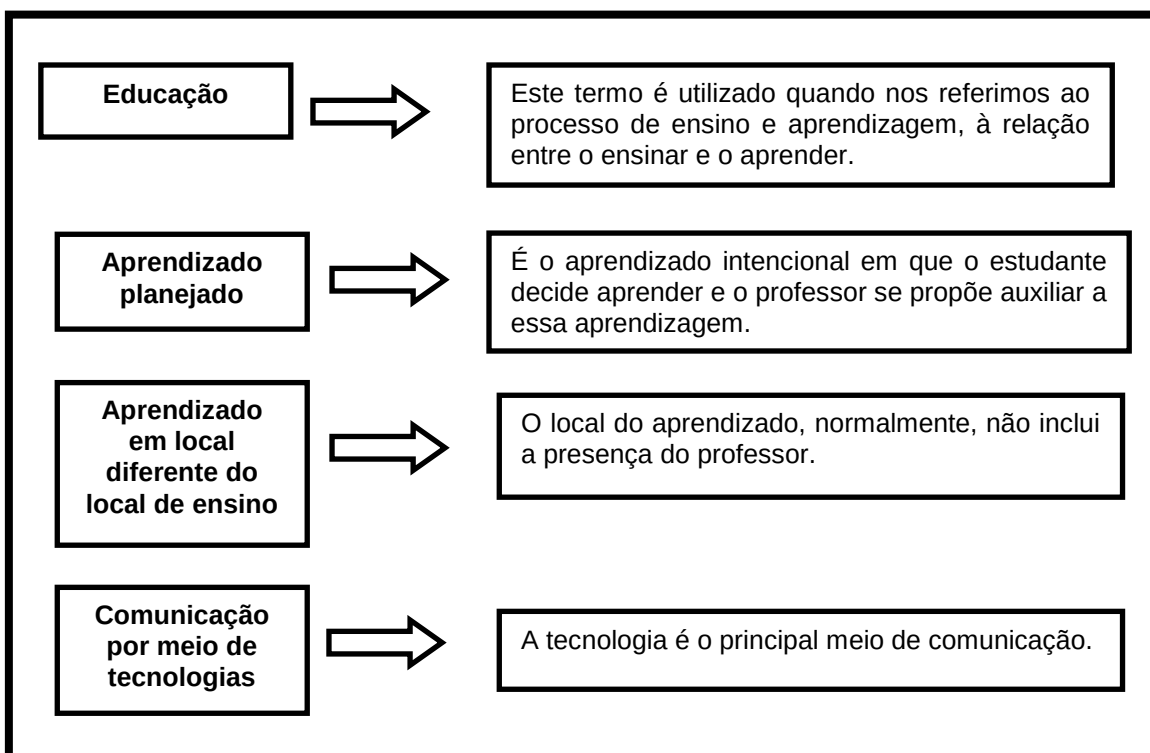
[...] aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local do ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais.

Na concepção destes autores, percebemos que as ações pedagógicas na EaD são executadas separadamente dos alunos e a comunicação entre tutores e alunos é mediatizada pelas tecnologias por meio de ferramentas de comunicação *online*.

Nessa perspectiva, a dinamicidade da educação a distância supera a relação presencial entre professor e alunos e se estende para além das dimensões físicas de sala de aula, trazendo, como vantagem principal, a amplitude do número de alunos em cada curso.

Na Figura 1, explicitamos os elementos integrantes da modalidade de educação a distância.

Figura 1: Termos essenciais da educação a distância



Fonte: Moore e Kearsley (2007 apud BRASIL, 2012, p. 57-58).

Na Figura 1, podemos observar que a EaD mostra-se diferenciada sobretudo pela utilização das tecnologias de comunicação, como uma das peculiaridades dessa modalidade educativa.

A autonomia é outro aspecto que deve ser observado como positivo nessa modalidade de ensino na medida em que considera o papel ativo do aluno no processo de construção dos conhecimentos que irão compor sua aprendizagem.

Hermida e Bonfim (2006, p. 167) esclarecem que:

Sob nosso ponto de vista, a oferta de educação na modalidade à distância pode contribuir para atender às demandas educacionais urgentes, tais como a formação ou capacitação de docentes para a educação básica, entre outros profissionais, bem como a formação continuada, em especial no interior do país, onde as dificuldades de acesso ao ensino aumentam cada dia mais. Embora a EaD demande uma responsabilidade maior do aluno, pois este deve redobrar seus esforços para alcançar um nível significativo de aprendizagem, apresenta uma série de vantagens, como interatividade, flexibilidade de horário e autonomia (o aluno pode definir seu próprio ritmo de estudo).

Landim (1997) traz sua contribuição sobre as características da EaD, quando afirma que esta pressupõe a combinação de tecnologias convencionais e modernas que possibilitam o estudo individual ou em grupo, nos locais de trabalho ou fora, por meio de métodos de orientação e tutoria a distância, contando com atividades presenciais específicas, como reuniões do grupo para estudo e avaliação.

Recentemente, o Brasil tem investido na Educação a Distância tendo em vista a universalização da educação, especialmente na aquisição e manutenção de recursos tecnológicos como computadores conectados à internet, com o objetivo de promover a expansão do conhecimento e contribuir para que essa modalidade de ensino atenda, cada vez mais, a um número maior de pessoas.

Pimentel (2010, p. 12) adverte que:

Embora o cenário atual pareça otimista, é preciso não negligenciarmos a necessidade de avaliação e acompanhamento constante dos projetos pedagógicos dos cursos, do uso adequado das TICs, a disponibilidade de recursos humanos qualificados e em número suficiente para atuar em EaD, a infraestrutura física dos polos de apoio presencial, de atuação dos parceiros (estados e municípios) comprometidos com a educação pública, enfim, é preciso identificarmos os limites e as possibilidades atuais levando-se em conta não somente a EaD, mas também a educação inicial e continuada como um todo.

Nessa perspectiva, a autora apresenta uma série de condições que ainda precisam ser consideradas no intuito de consolidar a prática educativa na educação a distância, seus limites e possibilidades, perpassando a educação inicial e continuada em todas suas singularidades. Assim, é importante avaliar e

acompanhar os projetos pedagógicos dos cursos nessa modalidade de ensino, bem como se posicionar de forma crítica no acompanhamento das ações desenvolvidas pelas diferentes instituições que com ela trabalham.

Retomando nosso objeto de estudo, reforçamos que o Programa Formação pela Escola, desenvolvido na modalidade a distância, representa uma oportunidade de envolver toda a comunidade no acompanhamento e controle das ações dos diferentes programas de governo, consolidando uma prática necessária para que estes não se situem apenas no plano ideal, sem acompanhar as reais necessidades de cada conjunto de atores sociais que integram as diferentes comunidades escolares.

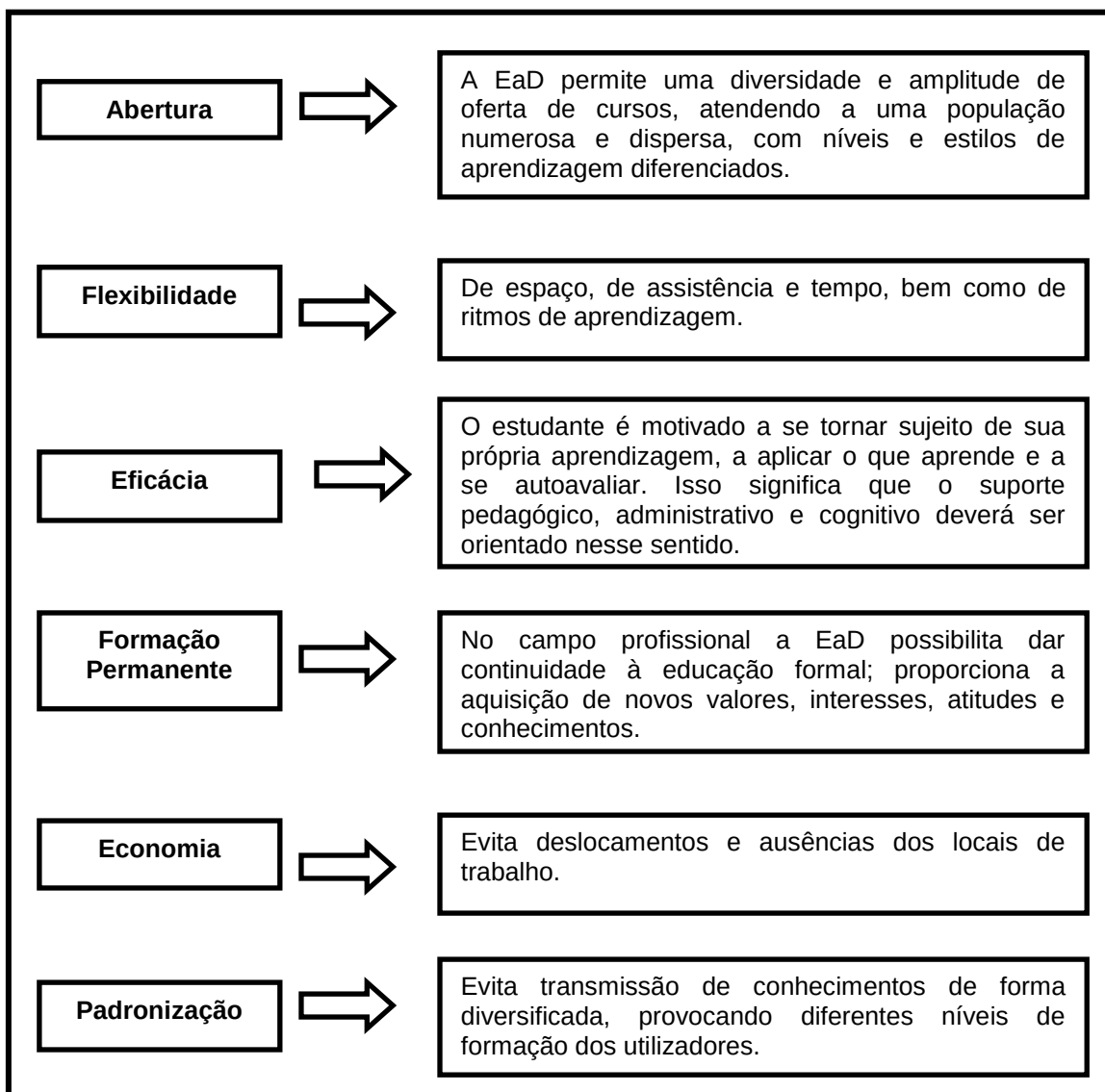
Ao apresentarem a justificativa para a utilização da EaD, Moore e Kearsley (2010) afirmam que os responsáveis por políticas em nível institucional e governamental têm utilizado a educação a distância para atender às demandas e necessidades atuais, o que inclui:

- Acesso crescente a oportunidades de aprendizagem e treinamento;
- Proporcionar oportunidades para atualizar aptidões;
- Melhorar a redução de custos dos recursos educacionais;
- Apoiar a qualidade das estruturas educacionais existentes;
- Melhorar a capacitação do sistema educacional;
- Nivelar desigualdades entre grupos etários;
- Direcionar campanhas educacionais para públicos-alvo específicos;
- Proporcionar treinamento de emergência para grupos-alvo importantes;
- Aumentar as aptidões para a educação em novas áreas de conhecimento;
- Oferecer uma combinação de educação com trabalho e vida familiar;
- Agregar uma dimensão interacional à experiência educacional (MOORE; KEARSLEY, 2010, p. 8).

É importante destacar que os autores consideram que essa não é uma lista completa, porém deve propiciar “alguma ideia das muitas razões pelas quais a educação a distância tem recebido um maior interesse dos planejadores em anos recentes e sugerir alguns dos motivos por que existe a possibilidade de um desenvolvimento adicional” (MOORE; KEARSLEY, 2010, p. 8).

Dentre as principais características da EaD, situam-se a abertura, a flexibilidade, a eficácia, a formação permanente, a economia e a padronização, elementos explicitados na Figura 2.

Figura 2: Características da EaD



Fonte: BRASIL (2012, p. 59-60).

Destacamos, conforme a Figura 2, que a educação a distância mostra-se uma proposta condizente com a realidade contemporânea à medida que integra os componentes da modernidade e os insere à luz da evolução tecnológica que caracteriza o atual estágio de conformação da sociedade.

Retomando a trajetória histórica da formação continuada, ressaltamos que na década de 1980 acreditava-se que oportunizar aos professores a participação em distintas modalidades de treinamento e capacitação aumentaria a eficácia pedagógica. Assim, a recomendação do MEC recaía na instrução: ao invés de cursos universitários, deveriam ser oferecidos aos professores modalidades de treinamentos continuados, o que os levaria à eficácia pedagógica, sobretudo após anos de experiência no ensino da docência.

Em contrapartida a esse contexto de formação, Cury (2004 apud BRASIL, 2006, p. 15) destaca a importância da formação continuada sem descuidar da formação inicial:

A formação inicial não é algo que deve ser desqualificada apenas e tão somente porque as exigências da modernidade fazem com que a formação continuada seja indispensável para todos. A formação inicial é a pedra de toque e o momento em que se dá efetivamente a profissionalização. E a profissionalização qualificada e atualizada é o elo entre as duas modalidades de formação.

Nesse sentido, faz-se necessário (re)pensarmos a formação inicial e continuada como um processo contínuo de construção de uma prática docente qualificada e de afirmação da identidade quanto à profissionalização do professor.

Pimentel (2010) refere que o êxito das ações de formação a distância assenta-se na capacidade do uso adequado das tecnologias de comunicação e informação, bem como nos princípios da colaboração e cooperação, no diálogo, nos currículos inovadores, na avaliação e acompanhamento, na investigação e no comprometimento das políticas públicas para o desenvolvimento de recursos e ferramentas para a promoção do acesso e permanência dos cursistas.

Reiteramos que a responsabilidade do Poder Público é evidenciada pelo artigo 80 da LDBEN, assim como pela Portaria nº 4.059/04, corroborando para o desenvolvimento e a veiculação de programas e modalidades de ensino a distância para todos os cursos e modalidades de ensino, inclusive aos que estão relacionados à formação continuada (BRASIL, 1996). Isso resultou em medidas que facilitaram o acesso à formação inicial e continuada de professores que já atuam na docência.

O Relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) publicado no Brasil com o título “Educação: um tesouro a descobrir” resultou dos trabalhos desenvolvidos de 1993 a 1996 pela Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Nesse documento, encontramos a concepção de que “a qualidade do ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores do que pela sua formação inicial” (DELORS, 1998, p. 160).

Ainda em relação à formação continuada, a LDBEN define, no inciso III do artigo 63, que as instituições formativas deverão manter “programas de formação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis”, além de estabelecer no inciso II do artigo 67, que “os sistemas de ensino deverão promover aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim” (BRASIL, 2006, p. 15).

A Resolução nº 03/97 do Conselho Nacional de Educação, especificamente no artigo 5º, aborda que os sistemas de ensino:

Envidarão esforços para implementar programas de desenvolvimento profissional dos docentes em exercício, incluída a formação em nível superior em instituições credenciadas, bem como, em programas de aperfeiçoamento em serviço”. Os planos de carreira devem incentivar a evolução, por intermédio da qualificação inicial e continuada dos profissionais da educação (BRASIL, 2006, p. 16).

O PNE (Lei nº 10.172/2001) tendo estabelecido as metas e objetivos para a formação inicial e continuada dos professores e demais servidores da educação, destaca a necessidade de criação de programas articulados entre as instituições públicas de ensino superior e as respectivas secretarias de educação, de maneira a incrementar o “padrão mínimo de qualidade de ensino” (BRASIL, 2006, p. 16).

É fundamental o papel desempenhado pela União nesse processo, haja vista ser de sua competência coordenar a “política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas exercendo função normativa, redistributiva e supletiva, em relação às demais instâncias educacionais” (BRASIL, 2006, p. 15).

Essa mesma Lei, entretanto, confere aos estados e municípios “a responsabilidade pela organização dos respectivos sistemas de educação

(artigos 10 e 11) e às instituições escolares a missão de elaborar sua própria proposta pedagógica (artigo 12), em que os docentes deverão ter ativa participação (artigo 13). O professor, como profissional da educação, faz jus a um plano de carreira, boas condições de trabalho e formação inicial e continuada, buscando atingir a produção de uma educação de qualidade” (BRASIL, 2006, p. 16).

De forma semelhante, a LDBEN institui normas para a “gestão democrática do ensino público na educação básica” e contempla em seu artigo 15 que os sistemas de ensino garantam “às unidades escolares públicas de educação básica que os integram, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais e do direito financeiro público” (BRASIL, 2006, p. 17).

Considerando as principais linhas de ação do governo federal e do MEC, a Secretaria de Educação Básica pauta sua atuação em quatro principais eixos: “redefinição e ampliação do financiamento da educação básica; inclusão social; democratização da gestão e formação inicial e continuada dos profissionais da educação” (BRASIL, 2006, p. 18).

Diante dessa perspectiva de formação, surgiram os planos de educação e seus programas desenvolvidos pela Secretaria de Educação Básica que objetivaram uma política de qualificação dos professores e demais trabalhadores da educação.

Na seção a seguir, discorreremos sobre os principais programas governamentais e seus objetivos.

3.5.1 Principais Programas de Formação Continuada

Ao profissional da educação é atribuída participação nos programas, projetos e ações de formação continuada que visam qualificar o seu trabalho enquanto docente. Em cumprimento a essas orientações legais, compete aos sistemas de ensino a instituição de políticas voltadas à garantia das condições de trabalho dos profissionais da educação.

Cabe ao MEC colaborar, em conjunto, com as secretarias de estados e municípios, estabelecendo uma política nacional de formação continuada por intermédio da articulação com as secretarias estaduais e municipais bem como as universidades, possibilitando maior interação entre as instituições, com vistas a “redimensionar e dar maior organicidade à formação inicial e continuada do professor e demais profissionais da educação” (BRASIL, 2006, p. 17).

Nessa dimensão, a reforma universitária apresentada pelo MEC define que a educação superior compreenderá:

- Cursos de graduação, compreendendo licenciaturas, bacharelados e cursos superiores de tecnologia [...];
- Programas de pós-graduação, compreendendo cursos de mestrado e doutorado [...];
- Programas e atividades de extensão [...];
- Programas de formação continuada, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de educação superior, abrangendo:
 - Cursos de estudos superiores posteriores ao ensino médio ou equivalente, que não configurem graduação;
 - Cursos sequenciais por campo do saber, de diferentes níveis de abrangência;
 - Cursos de especialização, destinados a graduados;
 - Cursos de aperfeiçoamento e de treinamento, destinados a graduados (BRASIL, 2006, p. 17-18).

Isto tudo esclarece que a base legal desenvolvida tem por finalidade alcançar um amplo sistema nacional de formação continuada que realmente melhore a qualificação pedagógica do docente “tendo em vista garantir uma aprendizagem efetiva condizente com os fins da educação escolar e com o efetivo direito à educação e à escola de qualidade” (BRASIL, 2006, p. 18).

Para promover a devida qualificação de professores em exercício sem a devida habilitação, foram desenvolvidos alguns programas na modalidade de educação a distância, como o Proinfantil e o Proformação. O primeiro tinha como alvo os professores das creches e pré-escolas sem a formação exigida pela legislação vigente, e sua meta era alcançar uma melhora na prática pedagógica e elevação no nível do conhecimento do docente, o que colabora para a qualidade da educação infantil (BRASIL, 2006).

O Proformação esteve voltado aos profissionais que atuavam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, classes de alfabetização ou na educação de

jovens e adultos das redes públicas. Tratava-se de “um programa de formação a distância, oferecido em nível médio, com habilitação ao magistério, realizado pelo MEC em parceria com estados e municípios” (BRASIL, 2006, p. 21).

Um marco importante das ações e práticas que trataram da formação continuada dos professores no ano de 2008 são os programas Pró-Letramento, Gestar II e Profucionário. A instituição destes reforça a importância que a articulação entre a formação inicial e a continuada possui para a melhoria na qualidade da Educação Básica e trabalho do docente. Considerando a importância de estudos em torno das perspectivas sobre a formação docente, salientamos que a formação continuada perpassa não só pela dimensão meramente didático-pedagógica, mas pela dimensão social, contribuindo de forma significativa com o papel atribuído ao professor na sociedade contemporânea (BRASIL, 2008).

É nesse sentido que novas práticas são desenvolvidas em âmbito geral, em todas as esferas governamentais e em conjunto com as instituições de ensino superior. Destacamos alguns programas desenvolvidos, como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNFEM)¹, o Plano Nacional de Professores da Educação Básica (Parfor), o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo), o Grupo de Trabalho em Rede (GTR)², o E-Proinfo, o Pró-Letramento e o Programa Formação pela Escola.

A formação continuada dos professores requer a partilha dos conjuntos de saberes do espaço educacional que lhes permita colocarem-se na busca constante de conhecimentos e que os capacitem para a organização de atividades de aprendizagem significativas para os alunos, o que, em última instância, concretiza o projeto educativo da escola.

¹ PARANÁ. Dia a Dia Educação. **Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio**. Curitiba: Secretaria da Educação. Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteúdo/conteúdo.php?conteudo=1282>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

² PARANÁ. Dia a Dia Educação. **Grupo de trabalho em rede (GTR)**. Curitiba: Secretaria da Educação. Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteúdo/conteúdo.php?conteudo=503>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

Diante das mudanças constantes da realidade social e frente às novas tecnologias, cabe ao professor aperfeiçoar sua formação inicial. Nesse aspecto, Moran (2010, p. 61) assinala que:

Na sociedade da informação todos estamos reaprendendo a conhecer, a comunicar- nos, a ensinar; reaprendendo a integrar o humano e o tecnológico, a integrar o individual, o grupal e o social. É importante conectar sempre o ensino com a vida do aluno. Chegar ao aluno por todos caminhos possíveis: pela experiência, pela imagem, pelo som, pela representação (dramatizações, simulações), pela multimídia, pela interação on-line e off-line.

Em se tratando de um momento marcado pela era tecnológica, o Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo), em consonância com o FNDE, desde o ano de 1997 promove o emprego da tecnologia da informação e comunicação nas escolas públicas brasileiras.

Destacamos que a sociedade vem sofrendo alteração em sua organização ao longo das últimas décadas com a expansão tecnológica e, por consequência, “a evolução das tecnologias tem repercussão direta na produção do conhecimento e na disseminação dos saberes” (BRASIL, 2012, p. 49), exigindo novas adequações no processo de ensino em todos os níveis. Um bom planejamento educacional é indispensável para se adequar às contínuas transformações derivadas desse novo cenário, mas é importante compreendermos que:

As tecnologias não se encontram separadas dos processos políticos, sociais e culturais; são antes, realizações dessas atividades, portanto o conhecimento disseminado pelo uso das tecnologias respeita um contexto sócio-histórico-cultural (BRASIL, 2012, p. 49).

No contexto brasileiro, a informática contribui com a revolução das formas de pensar e interagir com o mundo, e em meio às mudanças decorrentes dessa revolução é necessário reinventar os processos formativos voltados para o cidadão. Dessa maneira, o uso dos recursos das tecnologias de informação e comunicação auxilia na disponibilização do conhecimento, na aproximação e interação de professores e alunos (BRASIL, 2012).

Para uma melhor formação dos profissionais da educação que se submetem aos programas governamentais, salientamos o Pacto Nacional pela

Alfabetização na Idade Certa, curso presencial para professores alfabetizadores com duração de dois anos, cujos materiais são fornecidos pelo MEC e representa o compromisso assumido pela Federação, estados e municípios assegurando que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade ao final do 3º ano do Ensino Fundamental. Isto também implica em formação do professor.

Também citamos o Parfor, que busca promover a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade para professores em exercício na rede pública da Educação Básica para atender às exigências da LDBEN.

O Proinfo Integrado é outro programa de formação direcionado ao uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no cotidiano escolar, com conteúdos e recursos multimídias e digitais através do Portal do Professor, TV Escola e DVD Escola e Domínio Público, considerado desde 2004 a maior biblioteca virtual do Brasil, pois oferece acesso gratuito a obras literárias, artísticas e científicas (em forma textual, sons, imagens, vídeos).

O PNFEM articula ações e estratégias entre a União, estados e municípios em políticas voltadas para qualidade do Ensino Médio e para se conhecer a importância e a valorização da formação continuada dos professores.

Em âmbito regional, o Grupo de Trabalho em Rede (GTR) é uma proposta do Programa Desenvolvimento Educacional (PDE) realizado no estado do Paraná. Promove interação a distância entre os professores da rede estadual de ensino e o professor PDE. Um dos principais objetivos é possibilitar aos professores um espaço de discussão envolvendo o ensino e a aprendizagem.

Em um ambiente virtual colaborativo de aprendizagem que comporta diversos tipos de ações como cursos a distância, existem complementos aos cursos presenciais no formato de projetos de pesquisa, projetos colaborativos e diversas formas de apoio ao processo de ensino e aprendizagem como ferramentas contempladas no E-Proinfo.

O Pró-Letramento é um programa de formação de professores visando à melhoria da qualidade de aprendizagem de leitura/escrita e matemática nas séries iniciais do Ensino Fundamental. É realizado pelo MEC em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com o apoio dos estados e municípios. Podem participar os docentes em pleno exercício nas séries iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas.

Com o avanço tecnológico à disposição do ensino, Mídias na Educação é um programa a distância que proporciona a formação continuada para o uso pedagógico utilizando-se das tecnologias da informação e da comunicação disponíveis por meio de estrutura modular. Considerando esse programa, citamos Belloni (2001, p. 12) quando discorre sobre a relevância da educação das mídias:

[...] a educação das mídias é condição necessária na educação para cidadania, sendo um instrumento fundamental para a democratização das oportunidades educacionais e do acesso ao saber e, portanto, de redução das desigualdades sociais.

Em decorrência do avanço científico, tecnológico e na busca de um nível de conhecimentos amplos, profundos e exigentes da sociedade moderna, a formação continuada assume particular importância, promovendo a melhoria no ensino e aprendizagem com resultados positivos em busca de uma sociedade melhor.

Para suprir as necessidades de formação continuada de professores, foi elaborada a Rede Nacional de Formação Continuada, documento que aborda as diretrizes, ações e o processo de implantação da política e do sistema de formação continuada desenvolvido pelo MEC/SEB a partir de 2003.

A Rede Nacional de Formação Continuada propõe como objetivos:

- Institucionalizar o atendimento da demanda de formação continuada. Desenvolver uma concepção de sistema de formação em que a autonomia se construa pela colaboração, e a flexibilidade encontre seus contornos na articulação e na interação;
- Contribuir com a qualificação de ação docente no sentido de garantir uma aprendizagem efetiva e uma escola de qualidade para todos;
- Contribuir com o desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional dos docentes;
- Desencadear uma dinâmica de interação entre os saberes pedagógicos produzidos pelos Centros, no desenvolvimento da formação docente, e pelos professores dos sistemas de ensino, em sua prática docente;
- Subsidiar a reflexão permanente na e sobre a prática docente, com o exercício da crítica do sentido e da gênese da sociedade, da cultura, da educação e do conhecimento, e o aprofundamento da articulação entre os componentes curriculares e a realidade sócio-histórica;
- Institucionalizar e fortalecer o trabalho coletivo como meio de reflexão teórica e construção da prática pedagógica (BRASIL, 2006, p. 22).

Uma análise mais apurada dos objetivos elencados permite ampliar a compreensão acerca da relevância do estabelecimento de estratégias focadas na articulação entre a autonomia, a colaboração e a flexibilidade como aspectos centrais de qualquer proposta de formação. Da mesma maneira, entendemos que a reflexão na e sobre a prática docente é primordial para que as mudanças demandadas pela sociedade atual sejam incorporadas ao trabalho pedagógico desenvolvido nas instituições escolares em geral.

A finalidade precípua da Rede visa contribuir com os sistemas de ensino e a formação dos professores como sujeitos do processo educativo pautada em uma concepção que contempla a tematização de saberes e práticas que resultem em um desenvolvimento permanente, inserindo o educando nesse processo (BRASIL, 2006).

Por último, mas não menos importante, temos o Programa Formação pela Escola, instituído a partir de um amplo processo de articulação dos órgãos gestores, dos sistemas de ensino e das instituições de formação e universidades públicas. Esse Programa tem recebido, nesta dissertação, uma atenção especial por se tratar de nosso objeto de estudo.

3.6 AS AÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO: INFRAESTRUTURA E FORMAÇÃO

Nesta seção apresentamos os programas do FNDE, aqueles que se destinam a dar suporte à infraestrutura da escola e os voltados para a formação do quadro de professores e funcionários da escola pública.

Pensarmos a educação contemporânea no Brasil implica em uma compreensão mais ampla do cenário atual da sociedade. O mundo do trabalho é cercado por desafios, em que os profissionais se deparam com preocupações relativas ao currículo, às relações interpessoais no ambiente escolar e, principalmente, ao acúmulo de funções inerentes ao exercício da função docente.

Nesse cenário, uma das preocupações é com a metodologia/estratégia adotada nas escolas no tocante às práticas pedagógicas do professor, visto que

esse profissional, muitas vezes em consequência da sobrecarga de trabalho, pouco se capacita. Além disso, o mundo moderno da tecnologia, aliado ao conhecimento e à experiência do professor, deve assegurar aos alunos uma efetiva construção dos saberes necessários à sua inserção plena nos diferentes espaços de vivência.

Silva (2004, p. 24) afirma que “a era da informação pressupõe uma sociedade em transformações constante, portanto exigirá uma escola em transformações constantes”.

Nessa perspectiva, em função das necessidades sociais e em se tratando de educação em nosso país, é possível identificarmos as diferentes ações realizadas pelo Poder Público com o objetivo de oportunizar práticas voltadas para evoluções significativas no ensino brasileiro.

Para atender às necessidades de uma sociedade cada vez mais exigente em relação aos serviços públicos ofertados, o FNDE decidiu ampliar a política de formação continuada para o quadro de servidores, para os agentes externos, seus parceiros, para atender às exigências dos órgãos de controle interno e externo quanto à melhoria na qualidade dos programas e ações educacionais de sua responsabilidade considerando os seguintes aspectos:

- a dimensão geográfica do país e a enorme quantidade de pessoas envolvidas nos processos de efetivação das políticas de educação básica nacional;
- a atuação em todos os entes da federação – nos 5.564 municípios, no Distrito Federal e nos 26 estados;
- a necessidade de superar as dificuldades inerentes à falta de conhecimento e de informações tempestivas, homogêneas e confiáveis sobre as variadas etapas dos processos de gestão, execução, prestação de contas e controle social dos recursos do erário destinados ao financiamento de programas e ações educacionais;
- a imensa rotatividade dos agentes parceiros; e
- a restrição quantitativa dos recursos humanos da autarquia e sua capacidade operacional para realizar o processo de capacitação de forma presencial (BRASIL, 2012, p. 40).

Podemos observar a contribuição do FNDE, cuja missão é de “prestar assistência técnica e financeira e executar ações que contribuam para uma educação de qualidade a todos” (BRASIL, 2013a, p. 84). Esse órgão canaliza os recursos financeiros para programas e ações educacionais em atendimento às

diretrizes do MEC. Para suprir essas exigências, conta com recursos provenientes do Tesouro Nacional.

Essa autarquia trabalha em parceria com as secretarias de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios brasileiros. No entanto, a efetivação dessa parceria se concretiza mediante o fortalecimento da capacidade de atuação dos agentes educacionais envolvidos na execução, no monitoramento, na prestação de contas e no controle social dos programas gerenciados pelo FNDE em todo o território brasileiro. “Essa capacitação dos parceiros do FNDE se faz por meio do Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE, o Formação pela Escola” (BRASIL, 2013a, p. 87).

O FNDE se apropria dos recursos da tecnologia da informação e comunicação como ferramenta facilitadora para concretização de sua ação. Tem como objetivos apoiar as ações relacionadas à sua institucionalização, prestando assistência técnica e financeira aos entes da federação, bem como oferecer meios tecnológicos que contribuam para aprimorar os processos de ensino e de aprendizagem no marco dos projetos pedagógicos definidos pelos estados, municípios e pelo Distrito Federal.

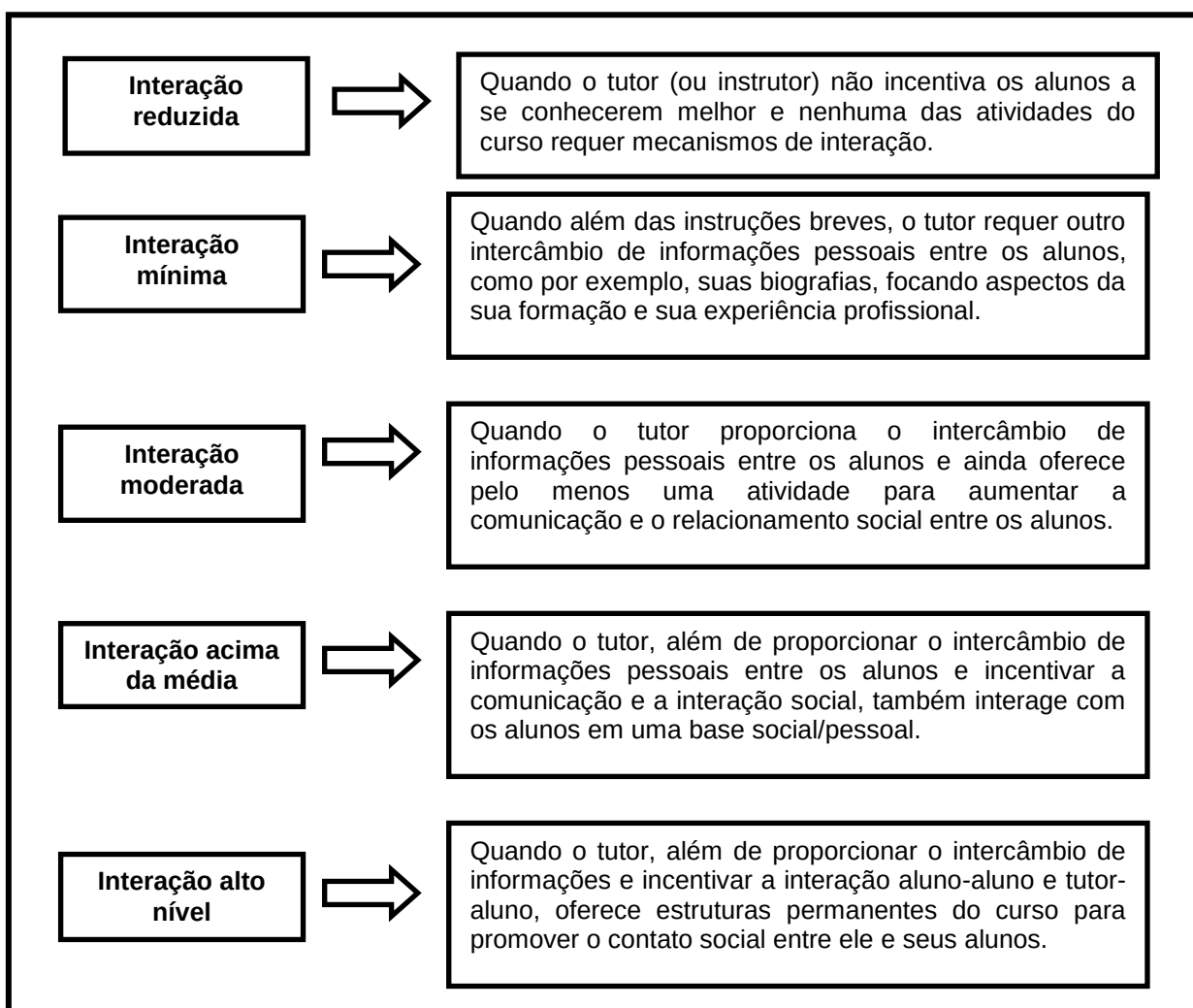
É possível observar que as ações do FNDE visam à formação para a cidadania, o que se configura em um dos pilares da educação a distância frente aos desafios contemporâneos. Essa visão é compartilhada por vários autores, dentre os quais Moore e Kearsley (2010, p. 20-21):

[...] a educação a distância é, ao mesmo tempo, uma causa e um resultado de mudanças significativas em nossa compreensão do próprio significado da educação, bem como de mudanças mais óbvias na compreensão de como ela deveria ser organizada. No nível mais óbvio, a educação a distância significa que mais pessoas estão obtendo acesso mais facilmente a mais e melhores recursos de aprendizado do que podiam no passado, quando tinham de aceitar somente o que era oferecido localmente. À medida que a utilização da educação a distância se disseminar, populações anteriormente em desvantagem, como os alunos de áreas rurais ou de regiões no interior das cidades, poderão fazer cursos nas mesmas instituições e com o mesmo corpo docente que anteriormente estavam disponíveis apenas para alunos em áreas privilegiadas e residenciais de bom nível. [...] Os cursos poderão ser acessados sempre que o aluno desejar e no seu ritmo preferido, a partir de quase todo local. A educação a distância, em termos gerais, permite muitas novas oportunidades de aprendizado para um grande número de pessoas [...].

Quando concebem a educação a distância como causa e resultado das mudanças na própria maneira de perceber a educação, os autores pontuam, com bastante propriedade, as especificidades dessa maneira de organizar as situações de aprendizagem tendo como foco a abrangência de suas ações. Reforçam ainda que o acesso a um número ampliado de sujeitos é o elemento que coloca em destaque essa modalidade de ensino.

Nos espaços mediados pelas tecnologias ocorre a intensificação dos processos de interação social concebidos por Moore e Kearsley (2007 apud BRASIL, 2012, p. 78) nos moldes apresentados na Figura 3.

Figura 3: Natureza das interações conforme Moore e Kearsley



Fonte: BRASIL (2012, p. 78).

A interação, sob a percepção Moore e Kearsley (2007 apud BRASIL, 2012), apresenta uma variação conforme sua natureza. Assim, pode se concretizar de forma reduzida, quando não há o incentivo do tutor no sentido de promover um melhor relacionamento entre os cursistas. Na interação mínima, esse intercâmbio surge de forma a obter informações sobre os integrantes de cada curso. Já na interação moderada, a comunicação entre os cursistas é elevada. Quando se trata de interação acima da média, além de estimular esse intercâmbio de informações pessoais, o tutor interage com os alunos. Por fim, na interação de alto nível, todos os elementos anteriores estão presentes, além da oferta de estruturas permanentes para a promoção do contato social entre o tutor e os alunos.

Por esse viés, entendemos que o Programa Formação pela Escola apresenta características voltadas ao pensamento de Moore e Kearsley (2010).

No seio dessa discussão, observamos que as ações e programas desenvolvidos pelo FNDE encontram respaldo na demanda por políticas públicas de educação que atendam às necessidades da população brasileira. A EaD surge para contribuir com as mudanças necessárias no cenário educacional brasileiro. Reforçamos que ainda persiste a necessidade de novas ações no sentido de concretizar o apoio técnico e financeiro aos entes federados com vistas à elaboração de planos de ação que incluam, entre outras ações, a construção de creches, reforma de escolas e outras iniciativas de formação continuada dos professores.

Conforme pontuamos na introdução deste trabalho, não pretendemos aqui apenas focar a visão do Estado na manutenção dos programas e ações do FNDE, mas traçar os elementos que explicitem o Programa Formação pela Escola (PFE), eleito como objeto do presente estudo e sobre o qual discutiremos na seção a seguir.

4 O PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA: UM NOVO OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA

Nesta seção trazemos os elementos que integram o Programa Formação pela Escola com a apresentação de suas origens e estrutura, assim como da organização em módulos e finalidades de cada curso ofertado.

4.1 O PROGRAMA: ORIGENS E ORGANIZAÇÃO

Tendo em vista as ações do FNDE em relação à formação continuada a distância foi editada a Portaria/FNDE nº 270, de 25 de outubro de 2004, pela qual foi criado o Grupo de Trabalho de Educação a Distância com a finalidade de responder pela elaboração de políticas e ações localizadas em nível municipal, distrital e estadual e pela capacitação de servidores, técnicos e conselheiros das áreas educacionais.

Como resultado das discussões desse grupo de trabalho, estabeleceu-se a parceria do FNDE com a SEED³/MEC com o objetivo de concretizar a formação continuada a distância dos parceiros da autarquia⁴. Em decorrência desse fato, em 2004 foi criado o Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas ações do FNDE – Formação pela Escola (BRASIL, 2012).

Nos anos 2005 e 2006, participaram da fase-piloto os estados do Ceará, Góias, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Rondônia envolvendo quarenta e dois municípios. No período compreendendo o final do ano de 2006 e início de 2007, foram contempladas 3.917 pessoas pelo Programa. Em 2011, atingiram-se números próximos a 168 mil em todo o território brasileiro (BRASIL, 2012).

³ A Secretaria de Educação a Distância do MEC foi extinta em janeiro de 2011 pela Presidência da República, por meio de uma reforma ministerial.

⁴ Autarquia, “entidade de direito público, com autonomia econômica, técnica e administrativa, embora fiscalizada e tutelada pelo Estado, o qual eventual lhe fornece recursos, e constitui órgão auxiliar de seus serviços” (BRASIL, 2012, p. 9).

A Tabela 1 apresenta os resultados das ações desenvolvidas nas diferentes etapas do Programa Formação pela Escola (PFE).

Tabela 1: Quantidade de Cursistas capacitados pelo PFE – 2006 a 2011

Consolidado do período 2006 a 2011									
Ano	CB	PLI	PDDE	Pnate	Pnae	Tutores	CSC	Fundeb	Total
2006	1.122	118	419	0	0	0	0	0	1.659
2007	1.239	437	529	477	925	0	0	0	3.607
2008	20.573	5874	13.872	0	2.253	0	0	0	42.572
2009	9.738	1.036	3.640	876	463	33	0	43	15.829
2010	37.839	4.101	10.871	2.684	3.118	0	0	23.258	81.871
2011	35.826	11.913	30.085	8.421	26.837	1.039	27.024	26.647	167.792
Total	106.337	23.479	59.416	12.458	33.596	1.072	27.024	49.948	313.330

Fonte: BRASIL (2012, p. 41).

Conforme os dados dispostos na Tabela 1, comprovamos a efetividade do PFE, posto que em um período de seis anos foram capacitadas 313.330 pessoas em todas as unidades da federação. Isto comprova a abrangência da EaD no processo de formação continuada.

Dados mais recentes comprovam o alcance desse Programa, conforme informações obtidas junto ao FNDE.

Tabela 2: Quantidade de cursistas aprovados pelo PFE – 2012 a 2014

ANO	PARANÁ	BRASIL
2012	41.731	175.661
2013	33.603	147.410
2014	27.282	173.926

Fonte: Portal/FNDE⁵

As informações constantes na Tabela 2 mostram-se bastante representativas no sentido de comprovar a adesão dos cursistas ao Programa, com destaque para os anos de 2012 e 2014, que apresentaram patamares bastante elevados se confrontados com os outros anos. No entanto, essa análise pode ser aprofundada, tendo em vista a atualidade das informações obtidas.

Salientamos que o PFE oferece oportunidade à comunidade escolar de conhecer as políticas educacionais, as metas estabelecidas, os programas em

⁵ Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/123-formacao-pela-escola#>>. Acesso em: 22 out. 2015.

andamento, ou seja, entender como funcionam as ações que envolvem a escola. Objetiva, assim, uma participação mais ativa na implementação e no acompanhamento das ações, ao mesmo tempo em que proporciona o desenvolvimento da cidadania e da democratização da educação escolar, colaborando com a diminuição da desigualdade social (BRASIL, 2013a).

O Formação pela Escola utiliza a metodologia de Educação a Distância com o objetivo principal de capacitar os agentes, parceiros operadores e conselheiros envolvidos com a execução, acompanhamento, avaliação e prestação de contas de ações, projetos e programas financiados com recursos do orçamento do FNDE (BRASIL, 2012, p. 9).

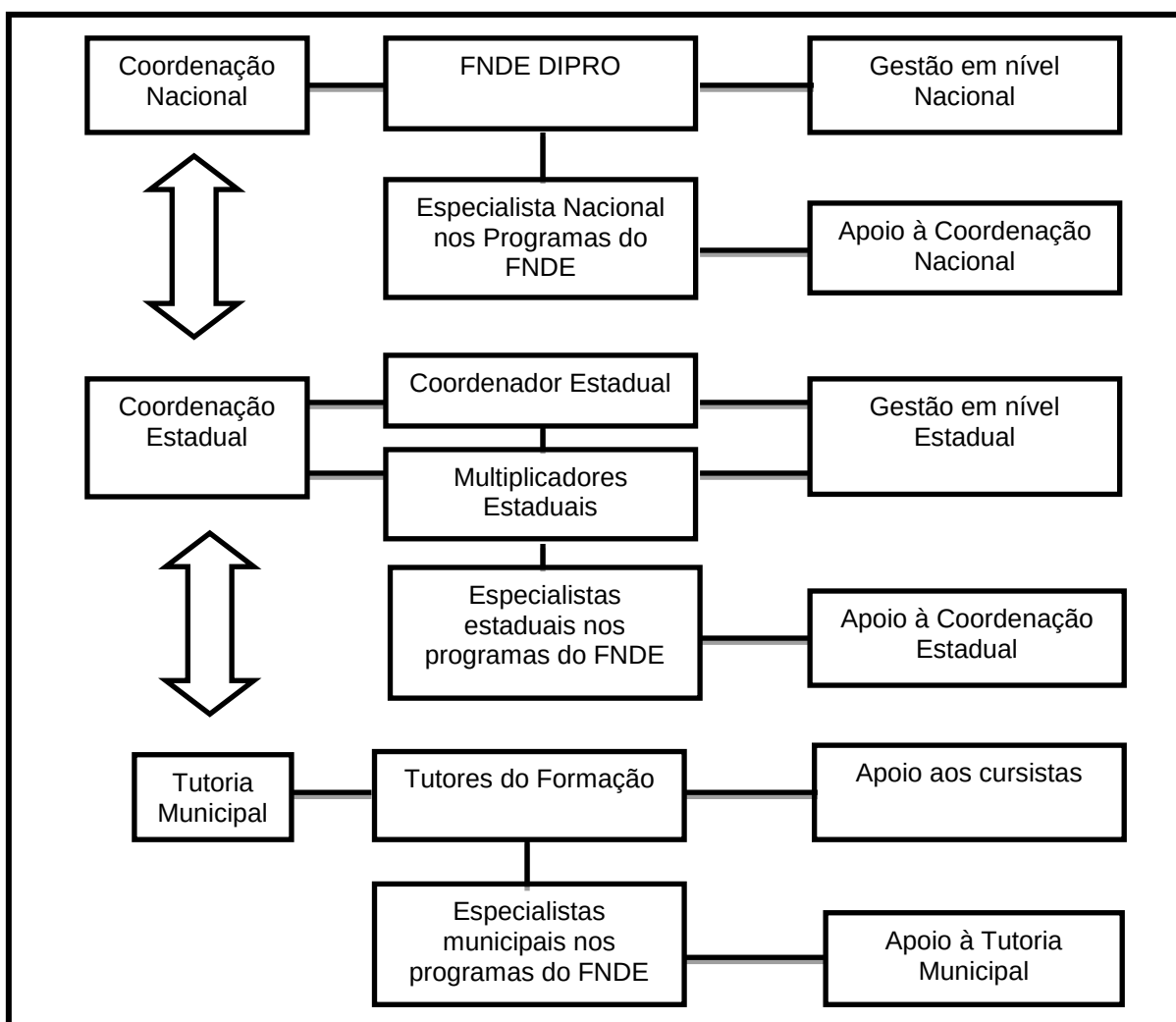
Para tanto, o estado ou município com interesse em participar desse Programa deve preencher um formulário no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec), por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), processo de planejamento da gestão da política de educação que os estados, municípios e o Distrito Federal por um período de quatro anos. Trata-se de um portal operacional e de gestão do MEC responsável pelo orçamento e monitoramento das propostas *online* do governo federal na área da educação, permitindo ainda que os gestores verifiquem o andamento dos Planos de Ações Articuladas em suas cidades.

A efetivação desse planejamento leva-nos a refletir sobre a importância da formação continuada de professores na modalidade a distância, já que essa é uma prática que oportuniza ao educador ampliar seus conhecimentos e também contribui para seu aprimoramento pessoal e profissional. Cria-se, então, um espaço propício ao entendimento das ações de políticas públicas da área da educação. Em consonância com a proposta do FNDE, “a consolidação de parcerias em rede requer gestão compartilhada e a meta pretendida contempla uma dimensão mais ampla, voltada à evolução e ao desenvolvimento de todos os atores sociais que constituem essa rede” (BRASIL, 2012, p. 38).

De acordo com as prioridades do Plano de Ações Articuladas (PAR), são contempladas três fases, divididas em diferentes áreas, conforme segue:

- Diagnóstico/elaboração: o gestor tem acesso a dados e informações de seu estado ou município para diagnosticar sua realidade educacional. Além disso, recebe informações sobre como preencher os campos para registro do plano no sistema. Como o PAR é um instrumento de gestão, ele pode ser atualizado caso as necessidades do municípios sejam modificadas.
- Análise técnica: realizada por equipes do Ministério da Educação e do FNDE, visa apontar inconsistências no plano elaborado e propor soluções. Concluída a análise técnica e aprovado o plano, o estado ou município assina um termo de cooperação que detalha de que forma o Ministério da Educação e o FNDE apoiarão o ente da federação na execução de seu planejamento.
- Monitoramento/acompanhamento: nesta etapa os próprios estados, municípios e o Distrito Federal inserem no Simec informações sobre a execução dos projetos previstos em seus respectivos PAR. A partir daí, no acompanhamento, equipes técnicas do Ministério da Educação e do FNDE desenvolvem ações para aprimorar a gestão educacional no município (BRASIL, 2013a, p. 86).

O acompanhamento e a elaboração do PAR incluem ações realizadas pelo Simec por meio do portal de gestão, cabendo ao MEC planejar e operacionalizar as ações do governo federal na área da educação. Os cidadãos inscritos acompanham o curso pelo ambiente virtual de aprendizagem, que dispõe de tutores para atender as necessidades e dúvidas dos cursistas (BRASIL, 2013a). A Figura 4 apresenta a estrutura organizacional do programa PFE.

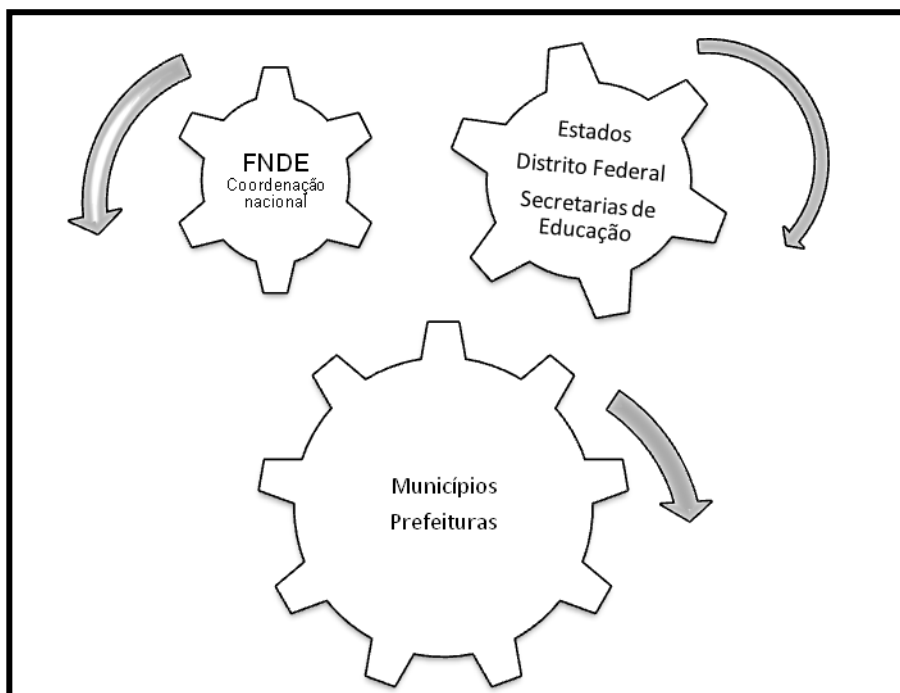
Figura 4: Organograma do PFE

Fonte: BRASIL (2010b, p. 32).

A visualização do organograma apresentado na Figura 4 permite identificar com maior clareza o funcionamento da rede de ações que caracterizam o Formação pela Escola. Observamos que a gestão do Programa encontra-se coordenada em vias de mão dupla pela coordenação nacional, estadual e tutoria municipal. Esse esquema organizacional abrange uma série de procedimentos que garantem a efetividade da capacitação pretendida pelo PFE.

Na Figura 5, encontram-se dispostos os atores responsáveis pela gestão do Programa Formação pela Escola.

Figura 5: Atores responsáveis pela gestão do Programa Formação pela Escola



Fonte: BRASIL (2012, p. 39).

Pela visualização da Figura 5, percebemos que as atribuições de maior peso recaem sobre os municípios à medida que estes são os maiores responsáveis pelas ações de formação no Programa Formação pela Escola.

Exercem o protagonismo nesse programa os gestores estaduais/municipais da educação, professores/ diretores das escolas e outros profissionais da rede pública de ensino, pessoas da comunidade, além dos conselheiros que atuam no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselho da Alimentação Escolar e participantes de associações de pais e mestres, caixas escolares e os conselhos escolares (BRASIL, 2013a, p. 87).

O Programa Formação pela Escola se propõe a contribuir para o fortalecimento de atuação dos agentes e parceiros no programa de formação continuada na modalidade a distância envolvidos com segmentos de execução, monitoramento, avaliação, prestação de contas e controle social dos programas e ações educacionais fomentados pelo FNDE. No Quadro 1, podemos observar a amplitude das atribuições dos parceiros que integram essa rede de formação.

Quadro 1: Rede de formação do PFE

A REDE DO FORMAÇÃO PELA ESCOLA		
PARCEIRO	PERFIL	RESPONSABILIDADES
Coordenador	Servidor efetivo da rede pública de ensino (estadual, municipal ou do Distrito Federal), ou colaborador de organização parceira, e que preferencialmente conheça a modalidade de educação a distância e o ciclo de gestão das ações e programas financiados pelo FNDE.	• Apoiar a Coordenação Nacional do Formação pela Escola nas ações necessárias e realização do programa; • Coordenar toda a gestão do Programa no âmbito do estado (ou do Distrito Federal); e • Atuar em parceria com as instituições e unidades parceiras e com os responsáveis pelos programas e ações do FNDE nas unidades da federação de sua jurisdição.
Multiplicador	Servidor do sistema público de ensino (estadual, municipal ou do DF), ou integrante de órgão ou entidade do ciclo de parceira, que preferencialmente conheça a modalidade de educação a distância e o ciclo de gestão das ações e programas financiados pelo FNDE.	• Apoiar as coordenações estadual e nacional do Formação pela Escola na capacitação dos tutores do Programa; • Propiciar a assistência técnica e realização do Programa; • Apoiar no processo de gestão do Programa na sua unidade da federação; e • Participar da Rede de tutoria do Formação pela Escola.
Tutor	Servidor em efetivo exercício na Educação Básica da rede pública de ensino do estado, DF ou município, ou integrante de órgão ou entidade do ciclo de parceira.	• Apoiar técnica e pedagogicamente os cursistas, acompanhando os nos diferentes cursos do Formação pela Escola.
Orientador	Servidor que atua na secretaria de Educação do estado, do DF ou do município responsável pela gestão das ações e programas do FNDE.	• Atuar como suporte técnico-pedagógico e rede de tutoria.
Cursista	Cidadãos que exercem funções na execução, no monitoramento, na avaliação e na prestação de contas das ações e programas educacionais financiados pelo FNDE, bem como por aqueles que realizam o controle social sobre o uso dos recursos orçamentários alocados nessas ações e programas, tais como profissionais de ensino das redes públicas, técnicos e gestores públicos municipais, estaduais e distritais que atuam na Educação Básica, membros das comunidades escolar e local, e participantes das diversas formas de organização.	• Dedicar-se aos estudos; • Realizar o acompanhamento e exercer controle social sobre as ações governamentais referentes à Educação Básica.

Fonte: BRASIL (2012, p. 81-82).

Consoante a essa rede de formação, o PFE busca capacitar os cidadãos “[...] que atuam em parceria com o governo, de modo a buscar a melhoria da escola, facilitando o acesso, a permanência e o desenvolvimento de crianças, jovens e adultos matriculados nos diferentes níveis e modalidades de ensino” (BRASIL, 2013a, p. 11). Dessa maneira, os capacitados pelo Programa podem contribuir para a construção da cidadania com ações mais eficazes, pautados em uma consciência mais crítica e colaborativa (BRASIL, 2013a).

Inserido no contexto de uma sociedade caracterizada por intensas evoluções tecnológicas, o FNDE adotou o uso dessas ferramentas em seu processo de ensino na modalidade a distância.

No Programa Formação pela Escola a opção pela educação a distância se justifica pelo potencial desta modalidade para alcançar um grande quantitativo de pessoas e, ao mesmo tempo, atendê-las de forma personalizada. A EaD torna possível a flexibilização dos espaços e do tempo de aprendizagem, favorecendo os processos de formação continuada em serviço. A oferta de cursos *online* é uma estratégia adotada pelo FNDE que em muito tem contribuído para viabilizar a capacitação em larga escala (BRASIL, 2012, p. 56).

Acreditamos que as principais vantagens desse Programa referem-se à flexibilização dos espaços e tempos de aprendizagem, considerando a realidade dos sujeitos que o integram.

Na mesma direção, salientamos que o tutor exerce um importante papel na condução das ações do Programa, auxiliando os cursistas no decorrer dos processos de construção do conhecimento, apoiando a aprendizagem em consonância ao que determinam os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância do Ministério da Educação:

O tutor deve ser compreendido como um dos sujeitos que participa ativamente da prática pedagógica. Suas atividades desenvolvidas a distância e/ou presencialmente devem contribuir para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem e para o acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico (BRASIL, 2007, p. 21).

Em virtude da importância da participação do tutor na rede que caracteriza o PFE, reforçamos a necessidade de formação continuada também para esse

profissional. Nessa dimensão, a etapa inicial do Programa caracteriza-se pela oferta de um curso para a capacitação dos tutores que irão atuar como multiplicadores das ações.

4.2 O CURSO DE FORMAÇÃO DE TUTORES

O FNDE disponibiliza um curso organizado para a formação e capacitação dos tutores do PFE, com carga horária de 60 horas, divididas em 32 horas de atividades presenciais e 28 horas de estudos a distância, a serem desenvolvidos em um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) cujo público-alvo são os servidores da educação básica da rede pública de ensino ou entidades parceiras do FNDE que tenham conhecimentos em educação a distância e das ações e programas desse órgão.

Os tutores são servidores que atuam na Educação Básica no âmbito dos estados, DF e municípios e que ministram cursos e acompanham os cursistas na formação presencial e *online*, no âmbito dos módulos Competências Básicas e Temáticos do Formação pela Escola. Quanto ao perfil do tutor municipal, é necessário ser professor efetivo, modulado com 40 horas na secretaria municipal de educação, graduado em pedagogia ou em um curso de licenciatura, ter experiência e/ou conhecimentos técnicos e pedagógicos da política de educação desenvolvida no Estado e na gestão das ações e programas do FNDE, “ter habilidade na área de informática e disponibilidade para viagens para atender agendas técnicas (formação em eventos e de acompanhamento nas unidades escolares)” (BRASIL, 2010b, p. 34).

O curso de tutoria tem como objetivos:

- Capacitar tutores para atuarem no Programa Formação pela Escola;
- Descrever as principais ações e procedimentos concernentes ao bom desempenho da tutoria no âmbito do Programa;
- Promover debates abordando situações-problema que possam ser relacionadas às práticas de tutoria;

- Demonstrar os procedimentos e atitudes necessárias ao bom exercício da tutoria dentro da proposta pedagógica do Programa;
- Subsidiar a formação dos agentes e parceiros que integram a rede do Formação pela Escola (BRASIL, 2012, p. 11).

O trabalho de tutoria no município é realizado de forma integrada, sem distinção das redes estadual ou municipal de ensino, acordada entre as secretarias estadual e municipal de educação, que indicarão o tutor regional ou o tutor municipal, evitando a existência de tutores das duas redes em um mesmo município. Quanto à atribuição das unidades escolares, é importante conhecer e incentivar a participação da equipe gestora, conselhos escolares, professores e comunidade escolar nos cursos oferecidos (BRASIL, 2010b).

Dias e Leite (2010) apontam que a atual EaD requer diferentes funções docentes, e por esse motivo surge a necessidade de identificação de novas categorias de professores. Dessa forma, essas autoras mencionam o professor-formador; conceutor e realizador de cursos e materiais; o professor-pesquisador e o professor-tutor, contudo um “[...] dos grandes responsáveis pela efetivação do curso em todos os níveis” e também por estar “[...] constantemente orientando, dirigindo e supervisionando o processo de ensino-aprendizagem dos alunos” (BENTES, 2009, p. 166).

Santos (2015), ao realizar entrevistas junto a 10 tutores a distância do curso de Letras a Distância de uma IES paranaense objetivou apreender a voz desses sujeitos inseridos em um coletivo amplo de trabalho, com a finalidade de ampliar a compreensão sobre essa figura-chave da educação a distância.

Os resultados das entrevistas evidenciaram as figuras de agir construídas nos discursos desses tutores. A autora destaca que os tutores apresentam uma visão ampla e abrangente do teor do trabalho na tutoria, bem como da relevância de seu papel na EaD, assumindo-se como peças-chave por promoverem a mediação dos conhecimentos (SANTOS, 2015).

A pesquisa conduzida pela autora confirma que o tutor da EaD é peça-chave para o desenvolvimento cognitivo do estudante nas atividades individuais e coletivas ao longo de uma disciplina ou de um curso a distância, considerando suas ações de acompanhar, orientar, estimular e provocar o aluno em seu

processo de construção do seu próprio saber, em um processo reflexivo imprescindível para o sucesso dessa modalidade de ensino

Nessa dimensão, entendemos que compreender a função exercida pelo tutor coloca em evidência a importância desse profissional no processo social da tutoria, mediado pelos instrumentos virtuais e simbólicos que integram a EaD.

Uma vez apontadas as importantes atribuições inerentes à função do tutor da EaD e da importância desse profissional para essa modalidade de educação, reforçamos a necessidade de investigar o fazer pedagógico do tutor como forma de compreender melhor o papel da tutoria na modalidade de educação distância no PFE.

A seleção dos tutores é de responsabilidade da equipe gestora do Estado, que deve orientar os municípios para indicar os servidores e a partir dessa indicação selecionar os tutores de acordo com o perfil desejado. A cada semestre essa equipe realiza uma avaliação o tutor considerando critérios como conteúdo, desempenho, responsabilidade, organização, articulação ao atendimento à demanda existente. Para exercer a função de tutoria e atender às exigências do FNDE é fundamental conhecimentos básicos da EaD e compreensão das ações e programas desse órgão (BRASIL, 2010b).

O curso de Tutoria para a Rede do Programa Formação pela Escola, desenvolvido para atender a procura da formação continuada, além da capacitação em larga escala, prepara tutores, estimula o trabalho reflexivo, criativo e inovador. Importante ressaltar que no PFE, embora os cursos apresentem temáticas específicas, apresentam a mesma estrutura, mantendo um conjunto de ideias voltadas aos propósitos do Programa.

No intuito de capacitar os tutores, o curso a eles destinado oferece o tutorial do sistema de gerenciamento de dados do Programa Formação pela Escola (SIFE) e o tutorial do sistema de gerenciamento de cursos (Moodle). A proposta pedagógica do curso fundamenta-se em:

- A capacitação do tutor para atuar no âmbito do Programa, tendo em vista a necessidade de impulsionar a Formação Continuada dos cidadãos que realizam funções de execução, monitoramento, avaliação, prestação de contas e controle social de recursos orçamentários alocados nos programas e ações educacionais financiadas pelo FNDE;

- A disponibilização de informações e conhecimentos que possibilitem melhor utilização dos recursos e instrumentos pedagógicos que dão suporte ao Programa;
- O fortalecimento da tutoria, estimulando atitudes pró-ativas e incentivando a interatividade e a colaboração na rede do Formação pela Escola (BRASIL, 2012, p. 12).

Os elementos presentes na proposta pedagógica do curso de formação de tutores reforçam a importância do papel desses profissionais na condução do PFE, uma vez que a mediação é concebida como elemento imprescindível ao desenvolvimento de qualquer ação educativa.

Nesse ponto, retomamos as ideias de Saviani (2012) quando este explicita a natureza da educação como um processo de trabalho não material, por se tratar da produção de ideias, conceitos, valores e símbolos que o homem precisa assimilar. Assim, pelo trabalho educativo se dá “[...] o processo de mediação que possibilita a passagem do educando de uma inserção acrítica e inintencional no âmbito da sociedade a uma inserção crítica e intencional” (SAVIANI, 2012, p. 7).

Essa mediação pode ser concretizada tanto na modalidade presencial quanto a distância. Destacamos os momentos presenciais como outra característica do curso de tutoria, conforme recomenda a própria legislação brasileira para cursos a distância. O encontro presencial tem por objetivos apresentar o Programa e orientar sobre seu funcionamento e dinâmica de realização. Trata-se de momento propício para que os cursistas estabeleçam um elo de comunicação com multiplicador e entre si, possibilitando a troca de ideias, ajuda mútua e a construção coletiva das aprendizagens. Por meio de oficinas de práticas, os cursistas têm oportunidade de desenvolver habilidades necessárias para compreender como funciona o Sistema de Informação do Programa Formação pela Escola (SIFE) e o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) (BRASIL, 2012).

No momento a distância, o objetivo é ofertar os conteúdos para o acesso no lugar adequado e momento propício para o desenvolvimento de aprendizagens, e assim: promovendo a familiarização com o AVA, fortalecendo a comunicação, já estabelecida no momento presencial, “por meio da inserção do cursista na rede do PFE, onde os participantes terão oportunidade de interação e troca de experiências e vivências compartilhadas na prática profissional” (BRASIL, 2012, p. 16).

Quanto aos objetivos da aprendizagem nos conteúdos, espera-se que o tutor seja capaz de:

- Identificar as principais características que evidenciam a Sociedade do Conhecimento;
- Reconhecer a importância da educação no processo social;
- Conhecer as principais teorias sobre aprendizagem e refletir sobre a influência delas em suas práticas;
- Identificar os princípios da construção do conhecimento;
- Conhecer os fundamentos da formação continuada;
- Identificar as principais características da Educação a Distância;
- Reconhecer a importância das tecnologias na mediação dos processos educacionais a distância e
- Vivenciar experiências de interação e colaboração em redes de aprendizagem (BRASIL, 2012, p. 47).

Observamos que um dos objetivos interpostos à formação dos tutores para atuação no Programa Formação pela Escola é o reconhecimento das tecnologias ao longo do processo de aprendizagem. As novas tecnologias têm influenciado diretamente nos hábitos e comportamentos das pessoas. Assim, faz-se necessário capacitar profissionais da área educacional para cumprirem os objetivos propostos para a função de tutor. Nesse viés, a formação dos tutores é composta pelos elementos que compõem o sistema de educação a distância, conforme segue:

- O aluno cursista é considerado a figura central do processo educativo e todas as ações, objetivos, metas e estratégias de ensino que foram planejados de forma a atender as suas necessidades de aprendizagem;
- O professor, ou tutor tem o papel de ser um incentivador da aprendizagem e de fazer a mediação pedagógica entre os conteúdos do ensino e as aprendizagens dos alunos;
- A comunicação se dá por meio de material pedagógico auto instrucional, das diversas ferramentas disponíveis no AVA, dos tutoriais explicativos dos ambientes virtuais e da mediação do tutor no encontro presencial e nos momentos de estudo a distância;
- A estrutura e organização do curso dizem respeito ao preparo, à logística de distribuição de materiais, à escolha do ambiente virtual de aprendizagem (Moodle), à disponibilização de materiais didáticos no AVA, à seleção de ferramentas a serem utilizadas para cada situação de aprendizagem bem como as decisões sobre os processos de comunicação e as estratégias para avaliação (BRASIL, 2012, p. 47).

À vista dos elementos elencados, destacamos que o uso da tecnologia aplicado à educação deve estar apoiado em uma filosofia de aprendizagem que proporcione aos estudantes efetiva interação no processo de ensino e aprendizagem, comunicação no sistema com garantia de oportunidades para o desenvolvimento de projetos compartilhados e o reconhecimento e respeito às diferentes culturas e a construção do conhecimento.

Uma vez apresentadas as singularidades do curso de formação de tutores, na sequência discorreremos sobre os diferentes módulos que compõem o Programa Formação pela Escola.

4.3 O PROGRAMA: MÓDULOS E ESPECIFICIDADES

O Programa Formação pela Escola oportuniza aos professores e comunidade escolar ampliar seus conhecimentos referentes aos programas, ações e projetos apoiados e desenvolvidos pelo FNDE e também a compreender seu papel na efetivação dos objetivos da política educacional brasileira.

Os cursos do PFE são oferecidos pela modalidade a distância, que tem como amparo legal a Constituição Federal de 1988; a Lei nº 9.394/96, a Lei nº 10.172/01, a Resolução do Programa Formação pela Escola e a Resolução de Bolsas do Programa Formação pela Escola (BRASIL, 2010b).

A proposta pedagógica do Programa Formação pela Escola está fundamentada em três ações: a Educação a Distância, a Formação Continuada e a Construção do Conhecimento.

A primeira ação diz respeito à Educação a Distância, tendo em vista as possibilidades que essa modalidade apresenta no sentido da promoção do ensino em grande escala. A opção pela oferta de cursos *online* justifica-se pelo fato de que, por meio dele, é possível atender em todo o território nacional um grande número de pessoas que, simultaneamente, podem ser contempladas com os cursos ofertados. A EaD também possibilita que o estudante organize seu estudo de acordo com sua disponibilidade de tempo e de local adequado. Nesse sentido, Costa (2014) ressalva que:

A oficialização da EaD contribui, de forma significativa, para o crescimento da oferta de cursos na modalidade de educação a distância, no final da década de 1990 e início do século XXI. Mas o que marca esse período, a nosso ver, é o envolvimento das Instituições de Ensino Superior com essa nova modalidade de ensino e a ação mais efetiva do MEC para a implementação de políticas públicas no campo da EaD (COSTA, 2014, p. 16).

Percebemos a articulação entre a proposta do Programa Formação pela Escola às determinações da educação a distância à medida que comprovamos, pelas diferentes etapas que compõem o Programa, a efetividade da implementação de ações e políticas públicas de formação continuada nessa modalidade a distância.

A segunda ação do Programa Formação pela Escola favorece os cursistas no processo de formação continuada visando à contribuição de todos os envolvidos com a execução, o monitoramento, a avaliação, a prestação de contas e o controle social das ações e programas educacionais financiados pelo FNDE, por meio da oferta de cursos na modalidade de educação a distância. Cumpre lembrar que essa ação fundamenta-se no artigo 62 da LDBEN nº 9.394/96, já citado anteriormente.

Quanto à terceira ação do Programa, a Construção do Conhecimento, podemos afirmar que o Programa propicia a interação, a troca de experiências e o trabalho compartilhado.

A utilização dos recursos tecnológicos disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) propõe a construção e (re)construção coletiva de conhecimentos por meio dos conteúdos a serem apropriados pelos alunos, como também a interação mediante diálogos e debates envolvendo experiências pessoais e profissionais.

O Programa Formação pela Escola traz como objetivos estratégicos:

- Oferecer oportunidade de capacitação voltada a gestores e técnicos que realizam funções de execução, monitoramento, avaliação e prestação de contas de recursos orçamentários alocados nos programas e ações educacionais financiados pelo FNDE, assim como ao cidadão para exercício do controle social;
- Aliançar as competências, a serem desenvolvidas, ao plano estratégico da autarquia;
- Reduzir tempo, recursos e custos de capacitação;

- Proporcionar oportunidades de capacitação em larga escala respeitando a diversidade cultural, a individualidade e o ritmo de aprendizagem de cada participante;
- Promover a inclusão social por meio da utilização de tecnologias educacionais como instrumentos de aprendizagem, ensino e trabalho;
- Integrar e fortalecer as redes de parceria do FNDE;
- Promover a divulgação do FNDE;
- Ser instrumento de integração do ambiente interno e externo ao FNDE, no contexto da educação corporativa (BRASIL, 2012, p. 35).

A Formação Continuada de Professores na Modalidade a Distância do Programa Formação pela Escola, com a utilização de tecnologias educacionais, além de promover a inclusão social, amplia o conhecimento em relação aos recursos públicos destinados à Educação Básica, programas e ações educacionais financiados pelo FNDE.

Os cursos ofertados pelo Programa Formação pela Escola levam os participantes “[...] a desenvolver a capacidade de observação, reflexão crítica, o estabelecimento de relações, as relações entre causas e consequências, a reconhecer as concordâncias e antagonismos, privilegiando a construção de conhecimentos” (BRASIL, 2012, p. 35).

Esses objetivos pretendidos pelo PFE encontram-se diretamente relacionados ao fato de que a sociedade vigente se apresenta em constante transformação, demandando em contrapartida ações que vão ao encontro das necessidades sociais.

Nessa perspectiva, e tendo em vista a potencialidade de ampliar as possibilidades de mudanças, fortalecendo as tomadas de decisões especificamente no âmbito da escola, o processo educativo do PFE possui como diretrizes:

- A caracterização dos problemas de gestão dos diferentes programas administrados pelo FNDE, analisando as variáveis e buscando soluções mais pertinentes nas questões locais e regionais;
- A ampliação de informações que possibilitem maior acesso e utilização dos recursos disponíveis;
- O fortalecimento da gestão democrática da escola pública, estimulando processos cooperativos de decisão e operacionalização;

- A promoção da formação continuada dos agentes e parceiros, executores desses programas, a elaboração de propostas diversificadas de atuação e uso mais adequado dos recursos segundo peculiaridades regionais;
- A ampliação dos canais de controle, por meio dos conselhos locais e regionais, que exercem o controle social da aplicação dos recursos (BRASIL, 2012, p. 36).

Convém reforçarmos que a utilização dos recursos disponíveis na formação continuada por meio da EaD, além de ampliar os conhecimentos, promove uma formação que possibilita aos participantes compreender a correta aplicação dos recursos dos programas do FNDE e, em específico, o funcionamento das ações educacionais com base na transferência de recursos e na descentralização do estado (BRASIL, 2012).

Reiteramos que a EaD tornou-se uma possibilidade de democratização e acesso à educação, visto que essa modalidade de ensino oportuniza aos sujeitos organizar seu espaço e tempo de acordo com suas possibilidades. Nesse âmbito, Mussak (2003 apud BRASIL, 2012, p. 37) afirma que o espaço-tempo influi diretamente nos conhecimentos do diaadia:

- O conceito do “*timing*”, palavra inglesa derivada de time (tempo), tem o significado de “senso de oportunidade”. Isso envolve tanto a escolha do momento certo para realizar uma determinada ação, quanto da duração mais adequada para efetuar esta ação.
- O conceito do “*placing*”, palavra derivada de place (lugar), tem o mesmo significado de “senso de oportunidade” só que com relação ao espaço físico, considerando que, entender o local é vantagem para quem o ocupa.
- O *placing* requer que o sujeito saiba posicionar-se no mundo respeitando limites, mas impondo seus direitos. Significa reconhecer que estar presente é fundamental, mas a ausência temporária também o é; pois se a presença produz respeito, a ausência temporária produz lembrança, e ambos os sentimentos reforçam nosso significado e nosso valor.

Os conceitos destacados por Mussak (2003 apud BRASIL, 2012) reforçam a possibilidade de formação de sujeitos autônomos, participativos, conscientes e críticos, permitindo-lhes otimizar não só o tempo e o espaço, mas também a efetiva construção do próprio aprendizado de forma a tornarem-se aptos a estabelecer julgamentos e a posicionarem-se no mundo. É nesse sentido que

podemos inferir que o Programa Formação pela Escola se propõe a contribuir para a formação da criticidade de seus participantes, instrumentalizando-os a avaliar a aplicação dos recursos públicos destinados à educação, em atendimento às reais demandas de cada instituição escolar.

Os módulos que integram o Programa contêm informações sobre as políticas públicas, na área da educação, executadas pelo governo federal, o financiamento dessas políticas e o papel do FNDE no apoio a sua efetivação, com o propósito de identificar como a sociedade pode realizar o acompanhamento dos recursos públicos destinados à educação. Essa visão sistêmica e modular configura-se em uma das estratégias do FNDE na elaboração do PFE e comprova-se pela observação da distribuição dos cursos ofertados, cursos de tutoria, curso de competências básicas e módulos temáticos. No Quadro 2, podemos verificar a distribuição dos cursos ofertados no Programa.

Quadro 2: Cursos ofertados pelo PFE

Cursos de tutoria	Para capacitação da Rede de Formadores, constituída pelos multiplicadores e tutores do programa	
Competências básicas	Abordam o tema o “FNDE e o apoio às políticas para a Educação Básica”	
Temáticos	Módulo “Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE”	
	Módulo “ Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE”	
	Módulo “Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB”	
	Módulo “Programa do Transporte Escolar – PTE”	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE
		Caminho da Escola – Aquisição de Ônibus Escolar
	Programa do Livro Didático – PLI	Programa Nacional do Livro Didático PNLD
		Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLEM
		Programa Nacional da Biblioteca da Escola – PNBE
		Programa Nacional do Livro Didático para Jovens e Adultos
	Programa Controle Social para Conselheiros	
	Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE	
	O Módulo de Prestação de Contas encontra-se em fase de conclusão	

Fonte: BRASIL (2013a, p. 87).

O desenvolvimento de cada um dos módulos é fundamental para que o participante entenda os objetivos do Programa, por isso discorreremos sobre cada um dos cursos ofertados, abordando suas principais características e objetivos. As competências básicas abordam as informações sobre as políticas públicas na área da educação executadas pelo governo federal, o financiamento dessas políticas e o papel do FNDE no apoio a sua efetivação. Compreendemos por política as decisões elaboradas por determinado grupo na realização de um projeto comunitário. As políticas são denominadas públicas porque devem estender-se à população em geral.

Por meio das informações e conhecimentos adquiridos no curso, espera-se que o cursista possa compreender o sentido das políticas públicas na área social, no contexto da sociedade contemporânea; reconhecer as políticas para a Educação Básica, implementadas pelo estado brasileiro; conhecer as fontes de financiamento da Educação Básica e os mecanismos para que a comunidade faça o acompanhamento e o controle social dos recursos destinados à educação; reconhecer o papel social do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no apoio às políticas públicas para a Educação Básica, mediante a implementação de diferentes programas, ações e projetos e ainda mediante o financiamento de projetos educacionais; conhecer a dinâmica dos conselhos que atuam no controle das ações, programas e projetos educacionais, e como se dá a participação da comunidade nesses conselhos (BRASIL, 2013a, p. 9).

Doravante neste trabalho, tratamos brevemente dos programas que compõem os módulos do PFE. Consideramos importante trazer essas informações para clarificar a compreensão acerca da relevância desses programas na proposta de acompanhamento, pela comunidade escolar e população em geral, da aplicação dos recursos destinados à educação.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi criado pela Resolução nº 12, de 10 de maio de 1995, com o nome de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE). Posteriormente, passou a se chamar PDDE, com a edição da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001. Tem como finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas do Ensino Fundamental das redes municipais, estaduais e Distrito Federal e às escolas privadas de Educação Especial mantidas por entidades sem fins lucrativo, registradas no Conselho Nacional de Assistência

Social (CNAS), ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público. Os recursos desse Programa são transferidos independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênere, de acordo com o número de alunos constante do censo escolar do ano anterior ao do repasse, e destinam-se à cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos (BRASIL, 2010b).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado em 1955, traz como finalidade garantir, pela transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, inclusive das escolas indígenas, matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Com o objetivo de atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, esse Programa contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. O PNAE possui caráter suplementar, como prevê o artigo 208, inciso VII, da Constituição Federal, quando assegura o “[...] atendimento ao educando no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 2010b, p. 15).

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) passou a vigorar em 1º de janeiro de 2007, criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado, inicialmente, pela Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006. Em 20 de junho de 2007, foi sancionada a Lei nº 11.494, que o regulamentou como um Fundo especial formado pelas contribuições feitas pelos estados, Distrito Federal e municípios, com os recursos provenientes da União. Devemos acrescentar que este fundo substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Este processo é explicado por Gatti et al. (2011, p. 34), nos seguintes termos:

O Fundef tornou possível que, após a elevação da obrigatoriedade de formação em nível superior para todos os docentes, determinada pela Lei nº 9.394/1996, novas articulações fossem estabelecidas entre as administrações mantenedoras da Educação Básica e as instituições formadoras de professores. Vários governos dos estados e dos municípios passaram a

trabalhar em parceria, mediante convênios com universidades federais, estaduais e, por vezes, algumas comunitárias dos respectivos estados, para o desenvolvimento de programas especiais de licenciatura voltados aos professores em exercício nas redes públicas que possuíam apenas formação em nível médio, conforme requeria a legislação anterior. Os programas eram semipresenciais e utilizavam recursos midiáticos diversos, uma vez que havia necessidade de certificar grande número de professores, gerando uma demanda de larga escala que os cursos regulares da educação superior, no seu formato clássico, não tinham condições de atender a curto ou médio prazo. Com o Fundeb, alarga-se o escopo desses programas (GATTI et al., 2011, p. 34).

O Fundeb tem como objetivo específico financiar todas as etapas da Educação Básica pública: a Educação Infantil (creches para crianças de 0 a 3 anos e pré-escola para crianças de 4 a 5 anos), Ensino Fundamental e Médio, em suas diversas modalidades: educação de jovens e adultos, educação indígena, educação quilombola, educação profissional, educação do campo e educação especial (destinada a portadores de deficiências). “Os recursos do fundo podem ser utilizados para financiar instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público” (BRASIL, 2013a, p. 61).

A Lei do Fundeb estabelece em seu artigo 8º, parágrafos 1º, 3º e 4º, que as instituições privadas que proporcionam atendimento em Educação Infantil e Educação Especial só poderão receber recursos financeiros do Fundo se:

- Oferecerem igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional gratuito a todos os seus alunos;
- Comprovarem finalidade não lucrativa e aplicar seus excedentes financeiros nestas modalidades de educação;
- Assegurarem a destinação de seu patrimônio a outra escola com o mesmo perfil ou ao poder público, no caso do encerramento de sua atividades;
- atenderem a padrões mínimos de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino, inclusive, obrigatoriamente, ter aprovados seus projetos pedagógicos;
- Terem certificado do Conselho Nacional de Assistência Social ou órgão equivalente, na forma do regulamento (BRASIL, 2013a, p. 61).

A rigor, caberia aos estados e municípios destinarem os recursos oriundos do Fundeb na valorização do profissional da educação e na manutenção e desenvolvimento do ensino. Desta maneira, 60% desses recursos devem ser direcionados ao pagamento dos profissionais do magistério em efetivo exercício na Educação Básica (professores, diretores de escolas e profissionais que exercem cargo/função de planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica) e 40% para a manutenção e o desenvolvimento da Educação Básica. No entanto, devemos pontuar que a realidade concreta das diferentes instâncias do Poder Público nem sempre são condizentes com o que determina a lei, o que gera situações de descompasso entre as demandas da população e a real aplicação das verbas públicas para a educação.

Reforçamos, assim, que conhecer as especificidades desses programas e a potencialidade de acompanhamento das ações do FNDE e seus parceiros representa um caminho para que profissionais de educação e a comunidade de forma mais ampla possa exigir o cumprimento das determinações legais que regem a educação no país.

Outro módulo integrante do PFE aborda o Programa do Transporte Escolar, desmembrado em dois outros programas voltados ao transporte de estudantes: o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) e o Caminho pela Escola. Essas duas ações têm como objetivo o atendimento dos alunos que residem distante de suas escolas.

O Pnate, instituído pela Lei nº 10.880/2004, tem por finalidade garantir a oferta de transporte escolar aos alunos matriculados na Educação Básica pública de modo a garantir-lhes o acesso e a permanência na escola. Inicialmente, o Programa somente contemplava os alunos do Ensino Fundamental. Com a publicação da Medida Provisória nº 455/2009 – transformada na Lei nº 11.947, de 16 de junho do mesmo ano, o Programa foi estendido para toda a Educação Básica, favorecendo também os estudantes da Educação Infantil e do Ensino Médios. Para efetuar a transferência de recursos⁶ do Programa, o FNDE considera em seus cálculos, o número de alunos transportados, cujas

⁴ A transferência dos recursos públicos do Pnate aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios é realizada em nove parcelas anuais, de março a novembro.

informações são obtidas no Censo Escolar pelas secretarias de educação no ano anterior, considerando a extensão do município, sua população rural, o quantitativo da população abaixo da linha de pobreza e o IDEB (BRASIL, 2013a).

Diante da necessidade de atender à demanda na melhoria do transporte escolar, o governo federal criou, por meio da Resolução nº 3, de 28 de março de 2007, o Programa Caminho da Escola, com os seguintes objetivos:

Renovar a frota de veículos escolares; garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes; contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na Educação Básica, preferencialmente residentes na zona rural das redes estaduais e municipais; padronizar os veículos de transporte do escolar; reduzir os preços dos veículos; e aumentar transparência nas aquisições dos veículos escolares (BRASIL, 2013b, p. 24).

Denotamos a preocupação, nos dois programas referidos, em garantir o acesso de alunos à escola, entendendo que a simples oferta de educação não garante a efetiva presença dos alunos em sala de aula. Nessa ordem de pensamento, consideramos pertinente o desenvolvimento de estudos acerca de tais programas, na medida em que muitas vezes o professor e demais agentes sociais envolvidos na escola desconhece as dificuldades enfrentadas pelos alunos para garantir a presença diária às aulas.

Outro módulo que integra o PFE é o Programa do Livro (PLI), também de extrema relevância para o desenvolvimento da tarefa educativa nos moldes pretendidos pelas demandas educacionais contemporâneas. O PLI engloba quatro categorias, a saber: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que distribui livros didáticos, dicionários e obras complementares às escolas públicas do Ensino Fundamental; O Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), o Programa Nacional da Biblioteca da Escola (PNBE) e o Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (BRASIL, 2013a).

Sobre o Controle Social para Conselheiros, tema de outro dos módulos constitutivos do PFE concebemos controle social como a participação da sociedade no acompanhamento e na verificação da execução das políticas

públicas, avaliando objetivos, processos e resultados. Desta forma, quando o cidadão acompanha a execução das ações e programas do governo, exerce esse controle social, individualmente ou de forma organizada, ou por intermédio dos conselhos de políticas públicas. Salientamos que o controle pode ocorrer tanto no planejamento como na execução das ações do governo.

É importante ainda citar o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE). Consiste em um sistema eletrônico operacionalizado pelo FNDE com a finalidade de efetuar a coleta, o processamento, a disseminação e o acesso de todos às informações referentes aos investimentos públicos na área educacional, realizados pela União, estados, Distrito Federal e municípios. No curso que integra esse módulo, os cursistas obtêm informações para a disseminação de tais informações com vistas ao acompanhamento da efetiva destinação dos recursos públicos para a educação.

Essa ação coaduna-se com a demanda pela necessidade de controle dos gastos com educação no intuito de garantir a efetiva aplicação dos recursos a ela destinados pelas diferentes esferas de governo.

Suas bases legais encontram-se na Portaria Ministerial MEC nº 06, de 20 de junho de 2006, que determinou:

Art.1º- Fica instituído o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE, sistema informatizado de coleta de dados orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativos à aplicação da receita vinculada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, sob a gestão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep (BRASIL, 2013c, p. 16).

Conforme o dispositivo legal apresentado, a preocupação central desse sistema é a coleta de informações referentes à aplicação de recursos orçamentários para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

O Siope traz como finalidade auxiliar no planejamento das ações e na gestão dos recursos e possui como características:

1ª) [...] permite a declaração, a transmissão (mediante utilização de senha), o armazenamento e a extração dos dados educacionais;

- 2^a) requer, obrigatoriamente, a inserção e a atualização permanente de dados por parte da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- 3^a) prevê correspondência entre as informações declaradas e os demonstrativos contábeis que são peças do balanço, publicados pelos entes da federação;
- 4^a) possui caráter declaratório [...];
- 5^a) favorece a publicidade das informações declaradas e a consequente transparência na gestão dos recursos públicos da Educação, pois o acesso às informações é livre, ou seja, não depende de senhas e ainda fornece um conjunto de indicadores calculados automaticamente pelo próprio sistema;
- 6^a) facilita o controle legal, que é a ação de acompanhar e fiscalizar as ações do Estado [...];
- 7^a) permite ampliação do controle social [...];
- 8^a) propicia a pesquisa acadêmica e institucional sobre investimentos públicos na área educacional;
- 9^a) proporciona condições para planejamento, execução, acompanhamento e avaliação da ação pública relacionada ao financiamento da educação, mediante a utilização de informações e indicadores;
- 10^a) possibilitará, futuramente, o acompanhamento do gasto público em educação ao longo do tempo, por intermédio de séries históricas; e
- 11^a) estabelece penalidades (prejuízos) às unidades federadas que se negarem a disponibilizar as informações requeridas (BRASIL, 2013c, p. 20).

Conforme podemos observar pelas características elencadas, o Siope afigura-se uma importante ferramenta para a gestão, pois evidencia a transparência no investimento de recursos financeiros de todas as unidades federativas em educação, além de fornecer “[...] indicadores, especialmente educacionais, que funcionam como um termômetro para medir a eficiência das ações educacionais” (BRASIL, 2013c, p. 16).

Tendo sido apresentados os módulos que integram o Programa Formação pela Escola, verificamos que estes abrangem os planos e estratégias que visam a uma melhor condução da gestão educacional em todas suas dimensões, como o transporte de escolares, a manutenção de bibliotecas e cessão de livros didáticos, bem como o gerenciamento da merenda escolar. Também no que diz respeito ao controle dos recursos destinados à educação, integra o PFE o Programa Dinheiro Direto na Escola, que viabiliza o atendimento de questões pontuais na melhoria da estrutura das instituições escolares.

Também merece destaque o módulo de controle social para conselheiros e o Siope, sistema eletrônico que possibilita a todo cidadão acessar informações referentes aos orçamentos públicos da União, dos estados e municípios.

Ressaltamos, assim, que o Programa Formação pela Escola mostra-se relevante por permitir a formação continuada não apenas de professores, mas dos demais agentes envolvidos na comunidade escolar, permitindo-lhes ampliar os seus conhecimentos referentes aos programas, ações e projetos apoiados e desenvolvidos pelo FNDE.

A relevância social do PFE aponta para a utilização da EaD com a finalidade de ampliar o número de pessoas participantes, propiciando condições para que professores e demais pessoas que integram a sociedade possam exercer o controle social dos órgãos e recursos públicos, trazendo incontestáveis vantagens para a compreensão sobre as formas de financiamento da educação, estimulando a ação cidadã como substrato para as mudanças requeridas no cenário social da contemporaneidade.

Assim sendo, entendemos que a finalidade precípua do PFE consiste em ampliar a compreensão dos participantes quanto a seu papel na efetivação dos objetivos da política educacional brasileira. Trata-se, assim, de trilhar os caminhos para a tão propalada democratização da escola pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, cujo objetivo geral consistiu em realizar um estudo teórico sobre o Programa Formação pela Escola (PFE), permitiu ampliar nossa compreensão sobre essa temática com a realização de pesquisa bibliográfica e documental em diferentes bases de dados.

Reiteramos que se trata de um tema bastante recente, uma vez que o referido Programa foi criado em 2004, passando por uma fase piloto em 2005 e 2006, quando se firmou como prática de formação continuada de professores, pedagogos, gestores, pessoal técnico-administrativo, parceiros e conselheiros que integram a comunidade escolar.

O PFE encontra-se vinculado a uma proposta que vem se firmando nas últimas décadas, quando a educação a distância se consolidou como alternativa válida no atual cenário educacional para o atendimento das demandas educacionais da sociedade da informação, fortemente impactada pela avalanche de informações em todos os espaços de vivência dos sujeitos, trazidas por ferramentas tecnológicas continuamente redimensionadas.

Nesse sentido, discorrer sobre a educação a distância implica retomar a concepção de construção do conhecimento em uma ampla rede de saberes que, interligados, propiciam condições de atender a um número maior de cursistas com uma qualidade. De posse das informações obtidas pelas diferentes etapas que compuseram nosso percurso de pesquisa, evidenciamos nessa modalidade de ensino uma proposta condizente com a necessidade de formação que tem sido bastante requisitada na esfera educacional.

Encontramos elementos que confirmam as características da EaD como alternativa à melhoria da capacitação dos diferentes profissionais que integram o sistema educacional. Assim, destacamos a abertura, a flexibilidade, a eficácia, a formação permanente, a economia e a padronização como importantes condições que asseguram a execução de propostas focadas nessa modalidade de ensino que vem se firmando nas últimas décadas, especificamente na formação continuada.

Devemos ponderar que a interação mostra-se como um componente essencial em qualquer proposta educacional, sobretudo na modalidade a distância, quando é mediada pelas tecnologias da informação e da comunicação existentes.

Buscamos aqui ratificar o que afirmam Moore e Kearsley (2010) sobre a intensificação dos processos de interação social, os quais podem se dar de forma reduzida, mínima, moderada ou acima da média ou ainda de alto nível, dependendo dos graus de contato social entre o tutor e os alunos.

Na abordagem aqui realizada, entendemos que o Programa Formação pela Escola apresenta características voltadas ao pensamento de Moore e Kearsley (2010) quando apontam a formação e atuação do tutor como um elemento preponderante para o sucesso dos cursos ofertados nos diferentes módulos do Programa Formação pela Escola.

Com esses pressupostos, ressaltamos que a proposta do PFE mostra-se condizente com a emergência de novas demandas referentes à formação continuada e vem a preencher uma lacuna em relação aos programas de formação que atendam não apenas a professores, mas aos demais partícipes do processo educativo escolar.

Neste trabalho, apresentamos a trajetória histórica da formação continuada na modalidade a distância, reforçando que a educação continuada tem assumido distintas concepções em consonância ao momento político em que esse processo se desenvolve.

Em relação às concepções de formação continuada, pontuamos seu caráter dinâmico, discorremos sobre o modelo proposto por Demailly (1992) e ratificado por Nóvoa (1997), autores que salientam a relação entre formadores e formandos predispostos aos saberes produzidos em ação.

Nessa dimensão, destacamos que a formação continuada traz como elemento fundamental a cooperação, visando à construção individual e coletiva dos conhecimentos. Reforçamos, nesse modo de pensar a formação continuada, que sua principal característica é a articulação.

Neste estudo, buscamos enfatizar a educação a distância como proposta sintonizada com as mudanças requeridas pela formação continuada no atual cenário educacional brasileiro, no qual os profissionais que atuam em educação

encontram-se sobrecarregados com uma série de atividades relacionadas a seu campo de atuação e nem sempre podem dispendir tempo e energia para a realização e cursos presenciais.

Consideramos a EaD a resposta mais efetiva para a elaboração de futuras propostas de formação continuada, não apenas de professores, mas para todos os envolvidos na gestão e controle dos recursos destinados ao financiamento da educação pública no Brasil.

Deste modo, destacamos a relevância de buscar mecanismos que habilitem agentes, parceiros e comunidade em geral em torno de um projeto de educação que cumpra sua função social, qual seja, de transformação da sociedade pela ação consciente de seus integrantes.

Nessa ordem de pensamento, a compreensão acerca da complexidade do sistema educacional e suas formas de financiamento pode contribuir para uma melhor interação e um efetivo comprometimento de todos os integrantes dos cursos de formação com a melhoria da gestão da educação.

Quando discutimos as ações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, encontramos resultados que corroboram a percepção de que o FNDE vem cumprindo sua função e efetivando políticas públicas na confluência das necessidades da população brasileira, no que se refere ao acesso a uma educação de qualidade, que garanta a cada cidadão o direito de atuar como sujeito de sua própria história, perpetrando o que postula Freire (1992), quando reforça que cabe aos homens fazer-se e refazer-se no processo de fazer a história, situando o sonho como o motor de seu próprio percurso de aprendizagem.

De forma prática, buscamos apresentar o Programa Formação pela Escola, tendo em vista a intencionalidade de ampliar, nos cursistas, a compreensão sobre as ações e recursos destinados à área educacional. Os resultados encontrados nesta pesquisa nos permitem afirmar a efetividade da proposição deste Programa na formação continuada de professores e de diferentes atores sociais envolvidos no controle social das ações programas de políticas públicas para a educação.

Embora não tenha sido desenvolvida uma pesquisa de campo que corrobore a efetividade do Programa Formação pela Escola, encontramos indícios de que os resultados positivos observados pela pesquisadora na função de tutora

de cursos nessa dimensão relacionam-se ao fato este ser ofertado na modalidade de educação a distância, consagrada como um processo que considera a educação como um contínuo repensar da prática frente às demandas educacionais da sociedade contemporânea.

Salientamos, em especial, a estreita relação entre o PFE e as novas tecnologias, as quais, instaladas na sociedade contemporânea, passaram a assumir, nas últimas décadas, um espaço privilegiado no cenário educacional, reforçando a educação a distância como alternativa propícia ao desenvolvimento de propostas voltadas para a formação continuada.

Devemos ainda acrescentar que o Programa que constitui o objeto do presente estudo mostra-se importante devido à sua visão sistêmica e modular, o que confirmamos pela distribuição dos cursos ofertados, desde os cursos de tutoria, de Competências Básicas e seus diferentes módulos temáticos.

Assim, os módulos sobre programas como o PDDE, PTE, PLI, PNAE e Fundeb atuam na formação para entender a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento das ações relacionadas à educação e a valorização dos professores, vinculadas ao FNDE. Por sua vez, os módulos referentes ao Controle Social e ao Siope relacionam-se diretamente à possibilidade do exercício do controle dos recursos destinados ao financiamento da educação em seus diferentes níveis.

Quanto às hipóteses previamente elencadas, foi possível confirmar que a formação continuada representa um avanço na concretização da educação em atendimentos às novas demandas da sociedade contemporânea, conforme apontaram os diferentes autores que sustentam nossa discussão.

Tais demandas implicam a participação de um número maior de agentes na gestão democrática da escola pública, e, neste sentido, vimos confirmada também a hipótese de que o Programa Formação pela Escola pode instrumentalizar professores e demais atores sociais envolvidos no projeto educativo no sentido de ampliar suas possibilidades de formação no que tange à compreensão sobre a sistemática do financiamento da educação.

Não obstante, refutamos parcialmente a hipótese de que existem grandes obstáculos à realização de uma formação continuada abrangente e efetiva. Isto porque uma das características mais evidentes do PFE consiste no número

ampliado de participantes dos cursos ofertados, devido à opção pela modalidade a distância como forma de instrumentalização do Programa.

Quanto à efetividade da formação continuada, concordamos com a hipótese de obstáculos ainda existentes, relacionados a fatores como a estrutura espaço-temporal dos cursos e eventos, à capacitação dos tutores e mesmo à postura de alguns cursistas, ainda motivados unicamente pela certificação.

No âmbito de nossa própria formação continuada, porém, a pesquisa que deu origem a esta dissertação mostrou-se efetiva por contribuir para lançar um novo olhar sobre o ensino, condizente com as contínuas transformações que impactam a sociedade contemporânea e cujos reflexos atingem os saberes e fazeres dos profissionais de educação.

Ressalvamos que o potencial do PFE não pode ser resumido a uma única análise, mas é importante reafirmar as potenciais vantagens que esse Programa pode trazer para a compreensão do sentido das políticas públicas na esfera social, tendo em vista a formação cidadã preconizada pela Constituição de 1988 e almejada como caminho concreto para a proposição de alternativas viáveis da transformação social demandada pela sociedade face às contínuas exigências da modernidade.

A análise aqui realizada não tem a pretensão de esgotar a discussão acerca da educação a distância e formação continuada, dada a complexidade desta temática e o vasto número de cursos oferecidos nessa modalidade no país. Da mesma forma, os dados referentes ao Programa Formação pela Escola podem ser considerados relativamente recentes, demandando novas investigações.

Por esse motivo, sugerimos, para futuros estudos, que sejam realizadas pesquisas de campo, no intuito de investigar a concepção dos profissionais que integram o PFE e as mudanças percebidas durante este curso de formação continuada.

O que ressaltamos, sobremaneira, é a existência de um novo olhar sobre o ensino, a partir do atendimento dos pressupostos legais que garantem a necessidade de formação – tanto inicial quanto continuada – a um número crescente de profissionais. Neste viés, as reflexões que podem ser suscitadas pela leitura de nossa dissertação permitem conduzir à compreensão sobre o

impacto das ações e planos do governo na modalidade a distância na formação não apenas de professores, mas de demais agentes envolvidos na educação.

Esperamos ter contribuído, com a elaboração deste trabalho, para o lançamento de reflexões acerca da relevância da educação a distância como proposta educacional coerente com as atuais demandas educacionais da contemporaneidade, além de apresentar o Programa Formação pela Escola como uma proposta de articulação entre os diferentes atores sociais envolvidos na educação e os programas e ações do FNDE no que diz respeito ao financiamento da educação como um projeto que embasa as possibilidades das mudanças pretendidas e requeridas pela sociedade deste terceiro milênio.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E. D. A pesquisa no cotidiano escolar. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 39-50.

BELLONI, Maria Luiza; **O que é mídia-educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

BENTES, Roberto de Fubi. A avaliação do tutor. In: LITTO, Fredic Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 166-170.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968**. Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 1968.

_____. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969**. Complementa disposições da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1969.

_____. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Resolução CNE/CEB nº 03 de outubro de 1997**. Fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do DF e dos Municípios. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1997.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1998a.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto nº 2.561, de 27 de abril 1998**. Brasília, DF: MEC, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2561.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto nº 3.276, de 06 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3276.htm>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Plano Nacional de Educação 2001-2010. Brasília, DF: MEC, 2001.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Sistema Nacional de Formação Continuada e Certificação de Professores. Brasília, DF: MEC, 2003.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2005.

_____. Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação. **Rede Nacional de Formação Continuada de professores de Educação Básica**. Orientações Gerais - Catálogo. Brasília, DF: MEC, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Rede/catalog_rede_06.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2015.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES 139/2006**. Reanálise do Parecer CNE/CES nº 14/2006, de 1º/02/2006, que trata de consulta sobre de Educação Superior a distância. Brasília, DF: CNE, 2007.

_____. Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação. **Rede Nacional de Formação Continuada de professores de Educação Básica**. Orientações Gerais - Catálogo. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/seb/arq>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Conferência – CONAE**. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=57>. Acesso em: 12 out. 2015.

_____. Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação (CONAE). **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação**: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias: Documento final. Brasília, DF: MEC, 2010a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conae>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Gerais de estrutura e organização do Programa Formação pela Escola**. Brasília, DF: MEC, 2010b.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Plano Nacional de Educação para o Decênio 2011-2020**. Projeto de Lei nº 8.035/2010. Brasília, DF: MEC, 2011. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE. **Caderno de Estudos do Curso Tutoria para a Rede do Formação pela Escola**. Brasília, DF: MEC, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE. **Caderno de Estudos do Curso Competências Básicas**. 4. ed. atual. Brasília, DF: MEC, 2013a.

_____. Ministério da Educação. Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE. **Caderno de estudos do Curso Programas de Transportes do Escolar**. 4. ed. atual. Brasília, DF: MEC, FNDE, 2013b.

_____. Ministério da Educação. Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE. **Caderno de Estudos do curso SIOPE**. Brasília, DF, MEC, 2013c.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 13.005/14**. Plano Nacional de Educação 2011-2020. Brasília, DF: MEC, 2014.

BRECHT, Bertolt. **Um homem é um homem**. Tradução de Fernando Peixoto. São Paulo: Paz e Terra, 1991 (Teatro Completo 2).

CANDAU, Vera Maria. Formação de professores: tendências atuais. In: REALI, Aline M. M. R. et al. **Formação de professores**: tendências atuais. São Carlos: EDUFSCAR, 1996. p. 139-152.

CARDOSO, Ana Maria da Luz. **Um olhar sobre a formação continuada de professores na rede municipal de Sarandi (2001 a 2004)**. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COSTA, Maria Luisa Furlan. Educação a Distância no Brasil: perspectiva histórica. In: COSTA, Maria Luisa Furlan; ZANATTA, Regina Maria (Org.). **Educação a Distância no Brasil**: aspectos históricos, legais, políticos e metodológicos. Maringá: EDUEM, 2014. p. 11-20.

COSTA, Maria Luisa Furlan; OLIVEIRA, Silvana Aparecida Guietti de. O lugar da Educação a Distância no Plano Nacional de Educação (2011-2020). **Rev. Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 97-112, jan./abr. 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e crise: perspectivas para o Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 31, n. 113, p. 1089-1098, out./dez. 2010.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DEMAILLY, Lise Chantraine. Modelos de formação contínua e estratégias de mudança. In: NÓVOA, Antônio. **Os professores e sua formação**. Lisboa. Instituto de Inovação Educacional, 1992. p. 139-158.

DIAS, Rosilâna Aparecida; LEITE, Lígia Silva. **Educação a Distância: da legislação ao pedagógico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DUARTE, Newton. **A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social de formação do indivíduo**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GATTI, Bernadete Angelina A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 57-70, jan./abr. 2008.

_____. et al. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília, DF: UNESCO, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Candido Alberto da Costa. A legislação que trata da EaD. In: LITTO, Fredic Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 9-13.

HERMIDA, Jorge Fernando; BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. A educação a distância: história, concepções e perspectivas. **Revista HISTEDBR**, Campinas, SP, Número Especial, p. 166-181, ago. 2006.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães Professor e as práticas educativas. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: UNESP, 2004. p. 517-524.

KENSKI, Vani Moreira. EaD e formação de professores: entre o discurso legal e a prática institucional. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO, 23.; CONGRESSO LUSO BRASILEIRO, 5.; COLÓQUIO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 1., 2007. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ANPAE, 2207. p. 3-10.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LANDIM, Cláudia Maria das Mercês Paes Ferreira. Educação a Distância: algumas considerações. **Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 128, livro 20, folha 13, 1997.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIMA, Cláudia Maria. **Educação a distância e TV Escola**: apropriações de professores em formação contínua. 2000 233 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, 2000.

LOPES, Luís Fernando. **Políticas de formação continuada a distância de professores no estado do Paraná**. 2011 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2011.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: EPU, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIN, Alda Junqueira. Educação continuada: introdução a uma análise de termos e concepções. **Cadernos Cedes**, Campinas, SP, n. 36, p. 13-20, out. 1995.

MARTINS, Lígia Márcia. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. In: REUNIÃO ANUAL/ANPED, 29., 2006. Caxambu. **Anais....** Caxambu: ANPED, 2006. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT17-2042--Int.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

MINAYO, Maria Cecília C. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 9-30.

MOORE, Michael G; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

MORAN, José Manoel. Ensino e aprendizagem inovadora com tecnologias áudio visuais e telemáticas. In: MORAN, José M.; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda A. (Org.). **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 18. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010. p. 53-63.

MOTA, Fernanda Antônia Barbosa da. Formação continuada de professores: aspectos históricos e perspectivas contemporâneas. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau: PPGE/ME FURB, v. 4, n. 2, p. 206-219, maio/ago. 2009.

NÓVOA, Antônio. Formação de professores e profissão docente. In: _____. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1997. p. 15-33.

OLIVEIRA, Silvana Aparecida Guietti de. A **formação de professores no ensino superior a distância**: limites e possibilidades de inserção e ascensão profissional. 2014. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

PARANÁ. Dia a Dia Educação. **Grupo de trabalho em rede (GTR)**. Curitiba: Secretaria da Educação. Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=503>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

_____. **Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio**. Curitiba: Secretaria da Educação. Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1282>>. Acesso em: 22 ago. 2015

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

PIMENTEL, Nara Maria. Educação a distância na formação de professores. In: MILL, Daniel; PIMENTEL, Nara Maria (Org.). **Educação a Distância**: desafios contemporâneos. São Carlos: EduFSCAR, 2010. p. 5-18.

RETT, Silvana Bueno Teixeira. **Formação continuada de professores por meio da educação a distância**: influência do curso de TV na escola e os desafios de hoje. 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2008.

RICHARDSON, Robert J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, Annie Rose. A atividade do tutor de EaD: análise de seu agir educacional. **Pensares em Revista**, São Gonçalo, n. 3, p. 112-128, jul./dez. 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB**: por uma outra política educacional. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

_____. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: REUNIÃO ANUAL/ANPED, 29, 2006. Caxambu. **Anais....** Caxambu: ANPED, 2006. p. 5-10. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT17-2042--Int.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

SILVA, Ângela Carrancho da (Org.). **Infovias para educação**. Campinas, SP: Alínea, 2004.

SILVA, Janaína da Conceição Martins. Formação continuada dos professores: visando a própria experiência para uma nova perspectiva. **Revista Ibero-americana de Educação**, Belo Horizonte: Universidade do Estado de Minas Gerais, n. 55/3, p. 12-22, abr. 2011.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VERDINELLI, Marilsa Maria. **Formação continuada de professores do ensino fundamental subsidiada pela pedagogia histórico-crítica e teoria histórico-cultural**. 2007. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.